

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ISADORA DUCATI PEREIRA

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A MATERIALIZAÇÃO DA DIRETRIZ
DA TERRITORIALIDADE NO CRAS PARTENON (PORTO ALEGRE – RS)**

PORTO ALEGRE
2015

ISADORA DUCATI PEREIRA

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A MATERIALIZAÇÃO DA DIRETRIZ
DA TERRITORIALIDADE NO CRAS PARTENON (PORTO ALEGRE – RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientador (a): Prof^a Dra. Mailiz Garibotti Lusa

PORTO ALEGRE
2015

ISADORA DUCATI PEREIRA

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A MATERIALIZAÇÃO DA DIRETRIZ
DA TERRITORIALIDADE NO CRAS PARTENON (PORTO ALEGRE – RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Aprovado em: _____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Mailiz Garibotti Lusa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof^a Rosa Maria Castilhos Fernandes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1^a Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe, Maria Ducati Pereira, por sempre me acompanhar, incentivar e nunca medir esforços para a concretização da tão esperada formação acadêmica. Realidade esta, tão distante em vários momentos de nossas vidas. Dedico esta conquista a você.

Ao povo negro; aqui refiro-me aqueles que deixaram suas marcas de muitas lutas e resistências, em especial as mulheres que contribuíram com suas constantes afirmações de gênero. Salve Dandara; mulher, negra, mãe, filha, exemplo vivo de guerreira pela questão racial.

Ao Projeto Educacional Alternativa Cidadã (PEAC), onde tudo começou. Cursinho Popular de Pré-Vestibular, que ensina para além dos conteúdos, ou seja, ensina a sonhar. Agradeço de coração a esse espaço de luta e resistência por um ensino público de qualidade.

Aos docentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; pelas trocas constantes, por fazer-me compreender a dádiva de nossa profissão. Por mostrar-me que a luta por uma sociedade diferente, se faz todos os dias.

À querida Professora, amiga e orientadora, Mailiz Garibotti, pelos momentos de reflexão, de construções e desconstruções, pelos abraços apertados, pela paciência, pela delicadeza que apontou o que poderia ser diferente no decorrer do processo de aprendizado.

À Professora Rosa Castilhos, pelas trocas tão vivas, pelas vezes que me mostrou o quanto é prazerosa nossa profissão e que o trabalho para além da instituição é o diferencial.

À Professora Miriam Dias, pelas vezes que acolheu-me com tanto carinho em momentos difíceis, que caminhou durante o processo de formação ao meu lado, permitindo assim, que eu superasse meus medos e desafiou-me a encontrar aquilo que me movimentava e dava-me realização. Um obrigado intenso e carinhoso a você.

À Professora Tatiana Reidel, querida professora e amiga. Agradeço pelos momentos intensos de debates e reflexões, onde compreendi que luta e resistência tem que fazer parte de todas nossas ações.

À Professora Dolores Sanches, pela intensa relação de afeto e amizade que se construiu ao longo do processo de aprendizado.

À meus familiares, que me acompanharam nessa trajetória e não se fizeram ausentes nos momentos que precisei de alicerce. Agradeço o carinho.

Ao Anderson, meu companheiro, meu amor, meu amigo de todas as horas. Agradeço pelo porto seguro que me proporcionou, pelas conquistas que juntos estamos realizando. “Caminhos se cruzem, e sonhos se realizam. Amo-te”.

Às amigas de longa data, Luana Dias e Veridiana Picolli, agradeço por serem meu aconchego quando precisei, por me fazerem rir nos momentos de tristezas, por me mostrarem à imensidão de significados que existem na amizade e simplesmente por estarem comigo nesta conquista tão sonhada por nós.

Aos colegas da turma 2011, pelos momentos acolhedores que passamos juntos, a lembrança desta turma tão especial, sempre estará muito viva em minha memória.

Às amigas Bruna Côrrea, Larissa Ferraz e Thais Braga; minhas “Divas Negras”. Agradeço pela amizade e movimento de luta, que se concretizou para além da sala de aula. Vocês fazem parte de mim.

Às colegas Ana Paula Gomes, Anely Marmitt, Eliana Belini, Daniella Canabarro, Samantha da Cunha, pelas reflexões críticas realizadas em qualquer lugar, a qualquer momento.

À equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon, por ter vivido os melhores e mais desafiadores momentos de minha vida acadêmica. Em especial à assistente social Maria Inês, que caminhou comigo em todas as fases, desde as lágrimas que caíram até o sorriso de realização do estágio.

À equipe do Projeto de Extensão Emancipação e autonomia: despertar da Comunidade São Pedro, que me fez compreender a riqueza de se adentrar no território e decifrar o que não está aparente. Consegui sentir e entender a importância da atuação do assistente social e da construção coletiva com as demais profissões.

Os Ninguéns

Os ninguéns: os filhos de ninguém, dono de nada.

*Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida,
fodidos mal pagos:*

Que não são embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura, tem folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não tem nome, tem número.

*Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas
policiais da imprensa local.*

Os ninguéns, que custa, menos do que a bala que os mata.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um pré requisito de conclusão, visando à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O processo de produção do conhecimento deste trabalho, tem-se como relevante a abordagem da temática da Política de Assistência Social e como ocorre a materialização da diretriz da territorialidade no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon. O interesse por este tema surgiu após realização do estágio curricular obrigatório em Serviço Social, realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon, no período de março de 2013 à julho de 2014. No primeiro capítulo tratar-se-á da concepção de território, a partir de diferentes teóricos, da política pública e dos sujeitos do território. No segundo capítulo discutirá a perspectiva da diretriz da territorialidade na Política de Assistência Social, na Proteção Social Básica e na equipe técnica do CRAS Partenon, por último será abordado como se constitui o território de referência de atendimento do CRAS Partenon. O capítulo de encerramento do trabalho, tratar-se-á dos limites e possibilidades do reconhecimento social: classes sociais e disputas de território, da discussão da Rede, intersetorialidade e acesso aos serviços e por fim da contribuição da inserção em diferentes espaços fora e dentro da universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Assistência Social. Territorialidade. CRAS Partenon.

LISTA DE SIGLAS

CadÚnico – Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH – Norma Operacional de Recursos Humanos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SCVVF – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SCVFI – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Idoso

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2.TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO: CONCEPÇÕES.....	14
2.1 O que dizem os teóricos sobre os conceitos?.....	14
2.2 Políticas públicas e territorialidade: uma questão em debate.....	21
2.3 Dona Maria, o que é mesmo território?.....	26
3. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TERRITORIALIDADE E CRAS PARTENON.....	30
3.1 Política de Assistência Social e a diretriz de atenção ao território.....	30
3.2 Qual perspectiva de territorialidade que se apresenta na Proteção Social Básica?.....	34
3.3 A compreensão da territorialidade a partir da equipe técnica do CRAS Partenon.....	37
3.4 O CRAS Partenon e seu território.....	42
4.TERRITORIALIDADE NO CRAS PARTENON: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	46
4.1 Reconhecimento social: classes sociais e disputas de território.....	46
4.2 Rede, intersetorialidade e acesso aos serviços.....	50
4.3 O ‘território’, as vivências e os aprendizados na formação profissional dentro e fora da Universidade.....	52
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS USUÁRIOS E PROFISISONAIS DO CRAS PARTENON.....	58
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	62

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado, representa a continuidade de um processo investigativo, cujo olhar iniciou-se a partir do estágio curricular obrigatório em Serviço Social realizado pela autora, conferindo materialidade aos questionamentos advindos deste mesmo processo de estágio, realizado no CRAS Partenon, no município de Porto Alegre (RS).

Nesta vivência, diversas questões emergiram; dentre elas a indagação sobre como realmente se efetiva a diretriz da territorialidade no atendimento do CRAS. A partir da experiência concreta de todas as etapas do estágio curricular, iniciam as discussões sobre a proposta do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso I, incluindo tanto a sua discussão quanto a sua planificação, de modo a conferir especificidade e objetividade à investigação desta temática, que é de interesse profissional e científico.

De forma geral, esse processo envolve o movimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, dimensões essas que são indissociáveis. A pesquisa visa compreender como a diretriz da territorialidade da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), através da Resolução nº 145, de outubro de 2014, concretiza-se no processo de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon. Este serviço atende no nível da proteção social básica da PNAS (2004) e se localiza em Porto Alegre (RS), mais especificamente no bairro Partenon, tendo natureza pública. Em Porto Alegre, os serviços e equipamentos de prestação da assistência social, tais como o CRAS – Partenon, são gerenciados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), segundo as regulamentações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Enquanto serviço de Proteção Social Básica da assistência social, no atendimento do CRAS – Partenon, tem centralidade em suas atividades o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a partir do qual são organizados o atendimento, os grupos de convivência, a rotina de atendimento institucional, entre outros. Para maior contextualização, destaca-se a Proteção Social Básica, operada predominantemente através dos CRAS's, entendendo que é potencialmente nestes serviços que se materializa a territorialização como uma das diretrizes estruturantes da gestão do SUAS.

A territorialização expressa o reconhecimento do território como fator determinante, de característica essencialmente social, político, cultural e econômico, para compreensão e enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, conforme identificado na PNAS

(2004). Essa diretriz determina ainda, que os serviços socioassistenciais devam ser ofertados em locais próximos aos usuários.

A partir dessa breve contextualização, explicita-se que a pesquisa representa um processo de debruçar-se sobre a dinâmica institucional e do território para compreender como se materializa a diretriz da territorialização no atendimento do CRAS Partenon. Para tanto, tomou-se por objetivo analisar como a diretriz da territorialidade da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) se concretiza no processo de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon. Já no que tangem os objetivos específicos, buscou-se reconhecer analiticamente a definição de territorialidade adotada pela equipe técnica do serviço; apreender como os sujeitos do território compreendem a diretriz da territorialidade, a partir do seu contexto; analisar como os sujeitos do território reconhecem o CRAS-Partenon e a sua inserção no território; bem como identificar as perspectivas de trabalho em relação à efetividade da territorialidade, no que tange o atendimento prestado pela equipe de assistentes sociais do serviço.

Considerando-se que o CRAS é um serviço cuja territorialidade é um dos eixos de trabalho, segundo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerou-se como questão norteadora a necessidade de compreender ‘qual a perspectiva de território que o serviço desenvolve’? E ainda, como a territorialidade se concretiza no processo de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon?

A primeira definição metodológica é que esta pesquisa baseia-se na perspectiva de análise do materialismo histórico dialético, com base na teoria social crítica, tendo em vista que esta perspectiva trabalha com a análise e compreensão da realidade em suas macrodeterminações, para chegar ao conhecimento do objeto nas suas microdeterminações, desenvolvendo as mediações entre a totalidade e a singularidade, o genérico e o particular. Assim, entende-se que é necessário ir além das aparências e buscar a essência da realidade estudada, no caso, a efetividade da diretriz da territorialidade na proteção básica da assistência social, segundo uma abordagem histórica e crítica, que considera o movimento da sociedade e a dinâmica ‘dialética’ da mesma.

Nesta perspectiva, cuidou-se para que o desenvolvimento da pesquisa ocorresse de forma processual e sistemática, sempre orientada pelos objetivos geral e específicos, bem como guiada pela metodologia discutida previamente e deliberada para sua execução. Sem esses procedimentos entende-se que não é possível aprofundar cientificamente o estudo e a investigação de um objeto presente na realidade cotidiana, e que, portanto, precisa passar por um processo dialético de aproximações e distanciamentos, a fim de ser analisado com coerência científica em relação ao referencial teórico, afastando-se do senso comum, ou das interpretações simplistas que se baseiam nele.

Considerando estas primeiras definições, entendeu-se que era preciso desenvolver uma pesquisa de caráter quali-quantitativo, pois tanto a quantificação, quanto a qualificação dos dados auxiliariam a compreender o objeto estudado, privilegiando no mais das vezes o caráter qualitativo. A escolha desta metodologia deveu-se também à compreensão de que uma abordagem metodológica complementa a outra. Esta definição metodológica deve-se, inclusive, porque nesta pesquisa se estará trabalhando com a coleta de dados empíricos, o que requer ampliar ao máximo o contexto que envolve as informações de campo, resultado que se buscará a partir da articulação quali-quantitativa.

É importante registrar que esta investigação foi planejada em bases bibliográficas, documental e empírica, por entender que de forma articulada as três permitiriam explorar o tema e reconstruí-lo, segundo as análises da pesquisadora, agregando dados teóricos, com aqueles documentais e legais, que possibilitariam a análise posterior dos dados empíricos. A pesquisa bibliográfica foi aportada principalmente em autores como Koga (2011), Santos (2000, 2005, 2008), Harvey (2003; 2005) Abreu (2011), assim como em periódicos científicos da área das ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente do Serviço Social, como a Revista *Katálysis*, *Serviço Social & Sociedade*, *Temporalis* e outros. Também foram consideradas as produções de conhecimento sobre o tema, que foram publicadas em eventos científicos da área.

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, cujo instrumental de coleta de dados segue como Apêndice A, e foi elaborado contendo perguntas abertas, orientadas pelo pesquisador através de roteiro pré-estabelecido. Esta escolha deveu-se ao fato que este tipo de instrumental permite ao entrevistador coordenar o foco da entrevista, enquanto ao entrevistado possibilita uma maior liberdade de resposta, não esperando dele respostas exatas, mas sim relatos que possibilitam posteriormente compreender a sua leitura sobre o objeto pesquisado.

A pesquisa foi organizada em alguns momentos distintos, como a leitura de textos, artigos, livros, dissertações sobre a territorialidade, bem como seus impactos na efetivação da proteção social básica da assistência social. Entende-se a necessidade de explicitar que o levantamento sobre a amostra da pesquisa empírica será realizado a fim de compreender as possíveis contextualizações do entendimento de território pelos próprios sujeitos. Para isto, buscou-se organizar três grupos de informantes, conforme o que segue:

Grupo 1: Sujeitos com idade acima de 18 anos e abaixo de 70 anos; Profissionais da área técnica do CRAS Partenon, com vínculo empregatício mínimo de seis meses; grupo 2: usuários (as) do CRAS-Partenon, inseridos no processo de acompanhamento/atendimento realizados por aquele serviço, que sejam moradores do território de abrangência do CRAS Partenon, e que estejam sendo acompanhados pelo serviço há pelo menos seis meses (06 meses), considerando como data o

período de aplicação da pesquisa. E, finalmente o grupo 3: usuários (as) que sejam moradores do território de abrangência de atendimento do CRAS Partenon, e não está em acompanhamento pelo serviço atualmente.

A distribuição da coleta de dados através da organização amostral acima explicitada, apontaria para as características específicas que se entende devam ser consideradas na abordagem da territorialidade, a partir da pesquisa que será realizada no CRAS Partenon, em Porto Alegre. O trabalho de investigação com três grupos de informantes distintos volta-se para a finalidade de identificar, através das entrevistas, como se concretiza a territorialização no processo de atendimento do CRAS Partenon, envolvendo a equipe técnica e os (as) usuários(as) que acessam e os que não acessam o serviço.

Além disto, ressalta-se que, considerando que a metodologia de pesquisa teve preponderantemente base qualitativa, definiu-se previamente por trabalhar com número entre 15 a 20 sujeitos, que foram escolhidos a partir do cadastramento da população do território, que foi operado pelo CRAS-Partenon. A qualificação de perfil entre aqueles que são acompanhados e aqueles que não são acompanhados pelo serviço, procurou contemplar a maior diversidade de faixas etárias dos sujeitos da pesquisa, a fim de que a amostra contivesse sujeitos jovens, adultos e idosos. Para isto, ressalta-se que o levantamento prévio de dados sobre os sujeitos a serem entrevistados aconteceu mediante a análise do perfil dos usuários do serviço CRAS – Partenon, conforme os dados fornecidos pela equipe técnica do serviço.

A metodologia de análise, seguindo a perspectiva já indicada, deu atenção para o reconhecimento de elementos históricos e culturais presentes nas falas dos sujeitos da pesquisa, entendendo que tais elementos auxiliam no reconhecimento sobre como a territorialidade se efetiva no cotidiano de atendimento do CRAS-Partenon. A pesquisa empírica será realizada através de entrevistas, utilizando o método da entrevista semi estruturada, através do qual foi possível compreender a problemática através da visão dos profissionais e dos usuários que acessam e daqueles que não acessam o serviço.

Como produto deste processo de construção de conhecimento, apresenta-se este TCC, que está organizado em três capítulos, as considerações finais e as referências bibliográficas, sendo que no primeiro capítulo tratar-se-á da concepção de território, a partir de diferentes teóricos, da política pública e dos sujeitos do território. No segundo capítulo discutirá a perspectiva da diretriz da territorialidade na Política de Assistência Social, na Proteção Social Básica e na equipe técnica do CRAS Partenon, por último será abordado como se constitui o território de referência de atendimento do CRAS Partenon. O capítulo de encerramento do trabalho, tratar-se-á dos limites e possibilidades do reconhecimento social: classes sociais e disputas de território, da discussão da

Rede, intersetorialidade e acesso aos serviços e por fim da contribuição da inserção em diferentes espaços dentro e fora da universidade, que representam as vivências no âmbito da formação para além das atividades em sala de aula.

2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO: CONCEPÇÕES

2.1 O que dizem os teóricos sobre os conceitos?

A conceituação de território, territorialidade e territorialização faz-se necessária, para responder aos objetivos deste trabalho. Assim, inicia-se pela tarefa de discutir conceitualmente a categoria território, em suas diferentes derivações. Para tanto, apresentar-se-á neste primeiro item do capítulo as discussões feitas por diferentes estudiosos do assunto, que trazem, por sua vez, distintas compreensões sobre esses conceitos.

Entende-se que, antes mesmo de chegar ao conceito de território, é necessário discutir o conceito de espaço e de lugar. Isto porque “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. (SANTOS, 1991, p. 26).

Ressalta-se que a sociedade em movimento, na perspectiva assumida neste trabalho, é traduzida como uma sociedade em permanente processo dialético de formação sócio-histórica, que se constitui a partir de um contexto de lutas, permeado por relações sociais de poder, por expressões culturais, que também resultam em diversas desigualdades e formas de exploração e, por conseguinte, diversas fragilidades localizadas, predominantemente, numa imensa maioria que se constitui como classe trabalhadora nesta sociedade. Muitas vezes os cidadãos são excluídos pela sociedade desse espaço, quando têm seus direitos de moradia, alimentação, de renda negados justamente pela falta de serviços que lhes possam garantir através de um atendimento e programas sociais efetivos. O que ocorre é que, “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos”. (SANTOS, 1987, p. 43).

A consideração de que existem ‘espaços sem cidadãos’, requer pensar sobre o processo de invisibilidade dos espaços vividos pelos sujeitos, bem como a invisibilidade de muitos sujeitos em vários espaços. Destaca-se o estereótipo que a sociedade impõe, de cidadãos invisíveis e o quanto o mesmo influência na capacidade de autonomia e reconhecimento dos direitos desses usuários das políticas públicas. O que confirma, infelizmente, a afirmação acima, de que se trata do ‘espaço sem cidadãos’.

Evidencia-se, assim, que o ‘espaço’ é constituído e se constitui pelos sujeitos, historicamente, a partir das suas relações sociais, processo este que é determinado por múltiplos elementos, dentre os quais, o modo de produção capitalista, aqui considerado como determinante fundamental desse processo, sem o qual os espaços, as relações sociais e os próprios sujeitos se constituiriam de forma totalmente diversas.

Assim as parcelas do espaço-produto (social e histórico) apresentam-se enquanto trabalho materializado acumulado a partir de uma série de gerações, e nesse caso específico o espaço como um todo tem valor e se reproduz a partir de uma multiplicidade de usos (não podemos esquecer que todos os lugares produzidos têm um uso sempre diferenciado), como decorrência do fato de que o processo de produzir/ reproduzir é também um ato de apropriação. Nesse contexto, o sentido do espaço produzido é aquele marcado por modos de produção e, conseqüentemente, de apropriação. (CARLOS, 2007, p. 62).

Ora, evidencia-se que para falar de território, conceituando-o de forma crítica, é necessário considerar o conjunto societário em que se vive. Nesta perspectiva, é na sociedade capitalista contemporânea, em seus diversos movimentos de crise estrutural, com suas dinâmicas financeiras aguçadas e com processos acelerados de agudização das expressões sociais que localizam-se e se constituem os territórios.

Nesta lógica, o conceito de espaço vem ao encontro da discussão do que é território, visto que esses dois conceitos, ‘espaço e território’, complementam essa discussão a partir das diferentes questões que emergem como produto desse debate, tais como: espaço e território possuem a mesma definição? Tentando responder de imediato, entende-se que os dois conceitos encontram-se articulados, complementando um ao outro, mas dialeticamente também existe uma distinção entre os mesmos, isto porque,

O conceito de território não pode ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou gestão de determinada área. Assim deve-se ligar a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 2004, p. 19).

Entende-se então, que os conceitos de espaço e território, se relacionam, formando assim uma articulação, que possibilita essa interlocução entre ambos e ao mesmo momento contribui para fortalecer a discussão de território.

Ainda, antes do território ser conceituado, adentra-se na discussão sobre o conceito de lugar, o que indica “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade -lugar”. (CARLOS, 2007, p.17). Sendo assim, pode-se entender ‘o lugar’ como produto desse território, também construído histórica e socialmente. O lugar permeia-se de movimento, de construções e desconstruções. Sua formação ocorre a partir das transformações existentes nas relações sociais, política, de afinidades diversas, culturas, identitárias, de redes sociais, entre outras.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. (CARLOS, 2007, p. 22).

A partir do conceito de espaço e lugar, compreende-se, então, as dimensões que os diferenciam e ao mesmo tempo os complementam, percebendo-se a necessidade de objetivar qual o entendimento de território. Tendo em vista a proposta do presente trabalho, destacar-se-ão alguns autores que conceituam a temática do território de diferentes formas. Um ponto comum entre os autores, é que primeiramente é preciso considerar o contexto vivido por diferentes atores sociais, que entrelaça em si diversas relações, sendo elas de poder, sociais, culturais, entre outras. Esse processo contribui para que esse mesmo sujeito se reconheça, ou seja, sinta-se pertencente ou não a algo. Daí compreende-se a articulação entre espaço e lugar, que implicará no reconhecimento do território. Primeiramente inicia-se com a definição do antropólogo Monken (2011, p.01),

Território, origina-se do latim *territorium*, que deriva de terra e que nos tratados de agrimensura aparece com o significado de “pedaço de terra apropriada”. Em uma acepção mais antiga pode significar uma porção delimitada da superfície terrestre. Nasce com dupla conotação, material e simbólica. Tem relação com dominação. A concepção de território que mais atende às necessidades de análises das ciências sociais e humanas é a sociopolítica. Território também tem associação com a relação de poder.

A partir desta conceituação, percebe-se a necessidade de outros conceitos, que trabalham sob a perspectiva de território *versus* poder, e conseqüentemente para além dessa discussão. Sendo assim, aponta-se a reflexão de Raffestin (1993, p.144), quando o mesmo afirma que “a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território”. Essa reflexão do autor rompe com o paradigma existente de que não existe um processo de lutas e correlações de força dentro de um território. Pelo contrário, o território destaca-se também por disputas, ou ainda, por relações dialéticas. Ora, a partir dessas considerações preliminares, entende-se que

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2011, p. 14).

Por sua vez, Andrade (1995) faz uma análise da questão do território no Brasil, retratando o conceito de território com uma abordagem profundamente política e econômica de ocupação do espaço, indicando a materialidade, ou ainda a concretude cotidiana que compõe e configura

diferentemente os diversos territórios, por vezes, tornando-os semelhantes sem retirar-lhes as particularidades.

Dessa forma, tratando-se de território e relações de poder, a fim de aprofundar a discussão que se fez até o momento, compreende-se que,

Esse território, no entanto, necessita ser desenhado em suas relações de poder; sua história; a vida cotidiana; a capacidade protetiva consubstanciada na oferta de políticas sociais; a avaliação da condição e qualidade de vida; e a capacidade desse território, a partir de todos esses elementos (destacados aqui a história e lutas), tornar-se campo de potencialização dessa capacidade protetiva e da garantia de direitos. (RIZZOTTI, 2014, p. 12).

As relações de poder que existem no território concretizam-se, articulando-se com outras relações, e assim reafirma-se como um processo de reconhecimento das potencialidades, identidades, disputas que se fazem presente nesse contexto. “A grandiosidade do território pode constituir processos emancipatórios, mas pode atuar também na mesquinhez de preconceitos e apartações sociais que provocam erosões nos padrões de civilidade”. (KOGA; NAKANO, 2006, p. 99).

O território para Santos (2002) “configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana. Dialética esta que inclui o contexto vivido de determinadas pessoas”.

Rogério Haesbaert (1993) analisa o território em uma tríplice abordagem: jurídico-política, econômica e cultural. Assim, além do caráter do poder estatal, salientou o aspecto humano da identidade social, bem como os aspectos econômicos da relação capital-trabalho, todos presentes na constituição do território.

Retoma-se a articulação dos conceitos anteriores em relação ao de território. Em sua obra, Andrade (1995) faz contextualização de território. “O território associa-se mais à ideia de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, a produção, o comércio, os transportes, a fiscalização etc. É no território que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes”.

O território revela também, as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, as quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra. (SANTOS, 2011, p.59).

Na sua obra metamorfoses do espaço habitado, Santos (1996) nomeia “território como configuração territorial e define-o como o todo”. Compreende-se que o território apresentado se

configura na representação da singularidade e também do coletivo dos indivíduos. Sendo assim, percebem-se as dimensões e influências desse entendimento para tal discussão.

Outra discussão que o presente trabalho propõe-se é desmistificar a ideia de território somente em sua dimensão coletiva. É necessário que os sujeitos inseridos nesse território tenham suas individualidades também fortalecidas, justamente porque é a partir das singularidades dos sujeitos que se constroem as universalidades que configuram as coletividades.

É igualmente no território onde se efetivam as relações sociais, inclusive aquelas de reciprocidade como as de vizinhança, mas também as relações de poder e, logo, de dominação e subserviência, o que numa perspectiva crítica leva a reconhecer a presença de relações de classe e de processos de lutas que são vivenciadas no cotidiano dos moradores do território. (KOGA, 2011, p. ?).

Muitas vezes essa compreensão de que o território faz parte de um processo de vida cotidiana, e está intimamente ligado a noção do modo de se sentir em determinado lugar, acaba adentrada numa lógica de senso comum, não possibilitando um olhar crítico sobre esse contexto. Contextualiza-se o conceito de território que se alinha à proposta do presente trabalho, o conjunto das percepções de cada autor, articulando assim um conceito geral de compreensão do território. Então, território é o contexto onde ocorrem e se dão as diferentes relações do homem singular e do universal da humanidade no coletivo e individual, culturas que se estabelecem, ou seja,

É vivência, relações de disputas, de classes, confraternização, vizinhança, cultura, mas também é relação política e de poder com o território ao qual sente-se pertencente. O território é um lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, 2001, p. 13).

Conforme Koga (2003, p. 39) também explica, “o território diz respeito não somente aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas envolve igualmente sua dimensão subjetiva, que aparece de forma também concreta através das manifestações de sofrimento, desejos, expectativas”. Então, ressalta-se que o território se expressa na vida do sujeito, inclusive na sua dimensão subjetiva, ou ainda, no plano da consciência, o que interfere diretamente na construção da identidade, que tanto é particular como genérica. “É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição”. (SANTOS, 2011, p. 14).

Além disto, o próprio processo de construção do território produz nos sujeitos um processo que é de construção identitária. Dialeticamente os sujeitos se constituem e se identificam no território e também o território se constitui através dos sujeitos. Isto porque “[...] a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da

territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas”. (ANDRADE, 1995, p. 20).

Por isto, entende-se a importância da compreensão de que o território, que também deve ser visto como espaço de construção de identidade social e que vai muito além do próprio espaço geográfico. Associa-se, então, território como também algo que não se pode remeter-se somente ao abstrato, mas também às implicações no cotidiano concreto. É o encontro de disputas e articulação, identidade e não identificação, poder e movimento. Andrade (1993) retrata o território com uma abordagem profundamente política e econômica de ocupação do espaço, referindo-se tanto ao poder político estatal como ao poder econômico das grandes empresas na constituição do território e a correlação de forças entre as classes sociais nele presentes.

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. (SANTOS, 2011, p. 248).

Logo, os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos aos diferentes sujeitos. É também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento.

Associada ao território, têm-se a expressão territorialidade que “pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado”. (ANDRADE 1995, p. 20). Essa concepção destaca o processo subjetivo da territorialidade, ligado a compreensão de identidade, pertencimento dos sujeitos perante ao território vivido.

Segundo Dias e Ferrari (2011, p. 63),

Territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de área. Territórios políticos e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é utilizada em relacionamento cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão interligados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo.

É imprescindível considerar o território como uma das bases de organização das políticas públicas. Dessa forma “a territorialidade se faz pelos significados e resignações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida dado território”. (KOGA, 2003, p. 38). Pensar as

políticas e ações a partir do conhecimento do cotidiano, do universo cultural da população e de sua história, se é necessário para propor políticas que atendam a real demanda dos sujeitos.

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada ou usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence, esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. (SANTOS, 2011, p. 33).

Note-se que a perspectiva do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando esse uso mais seletivo do que antes e punindo, assim, as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros e dos centros produtivos. (SANTOS, 2011, p. 302).

O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e de serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis. A tendência à concentração econômica agrava essa tendência. Desse modo a acumulação, em certos pontos, das respectivas atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços. (SANTOS, 2011, p. 302).

As discussões sobre território também se aportam na teoria social crítica, abordando-o como movimento, contextos sociais, econômicos, culturais entre outros, que se entrelaçam formando assim um conceito de território para além desse espaço geográfico. “Devemos admitir, desse modo e como consequência das práticas neoliberais, que se produzem “vazios de consumo”. Esses tendem a ser tanto mais numerosos e vastos quanto mais sensíveis são os produtos e os serviços”. (SANTOS, 2011, p. 302).

A territorialização expressa o reconhecimento do território como fator determinante – fator social e econômico – para compreensão e enfrentamento das situações de vulnerabilidade¹ e risco social² social. Determina também, ainda, que os serviços socioassistenciais devem ser ofertados em locais próximos aos usuários. Conforme Koga (2015)³, “nossa política é pensada nela mesma, mas a configuração deve ser diferente. Tem que ser pensada a partir das demandas dos territórios. Apenas assim as políticas sairão da lógica vertical, ou seja, de cima para baixo. É necessária a participação dos sujeitos no processo de elaboração, execução e avaliação das políticas”. É neste sentido que ocorre a efetivação da territorialidade na gestão e execução das políticas e serviços sociais.

¹ Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), vulnerabilidade decorrente da pobreza e/ou privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços, entre outros), fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas e de gênero ou por deficiência entre outros).

² Conforme CAPACITASUAS (2015), risco social se configura como segregação espacial: precárias condições de infraestrutura, saneamento. Padrões de convivência familiar, comunitário, social: violência doméstica, entre outras violências. Contingências naturais: vendavais, enchentes, desabamentos, granizos, estiagens/secas.

³ A ideia foi transmitida pela autora Prof^a Dra. Dirce Harue Ueno Koga na Conferência – Diagnóstico Socioterritorial, mapa falado e as políticas públicas, realizada na Unisinos, setembro de 2015.

Mas, atenção! Apontou-se a definição de território com base nos estudiosos acadêmicos, produtores oficiais de conhecimento científico, isto é, dentro de uma visão teórica conceitual. Porém, faz-se necessário conceituar também a partir da política e dos usuários do serviço tal concepção de território, sendo assim assume-se nos próximos itens essa a tarefa. Isto porque se entende que não se pode pensar em políticas públicas sem compreender para qual território está se planejando essas políticas. É sobre esta discussão que se adentra no segundo item deste capítulo.

2.2 Políticas públicas e territorialidade: uma questão em debate

Nesta seção do trabalho tem-se por finalidade a discussão sobre qual a compreensão de ‘territorialidade’ expressa nas políticas públicas, com vistas a sua concretização. Considerando que os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, de contradições e de conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos e que devem ser objeto direto das políticas públicas.

A trajetória das políticas públicas no Brasil inicia-se através das relações sociais, tendo como marco a segunda metade do século XIX. Quando trabalhadores, que sofreram com as consequências da Revolução Industrial, ou seja, vivenciaram de forma ainda mais intensa a pauperização, visto a substituição da mão de obra por máquinas, movimentaram-se e reivindicaram acesso às políticas sociais.

Através de seu protagonismo e ações organizadas, os trabalhadores e suas famílias ascendem à esfera pública, colocando suas reivindicações na agenda das prioridades políticas. As desigualdades sociais não apenas são reconhecidas, como reclamam a intervenção dos poderes políticos na regulação pública das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. (YAZBEK,2008, p. 84).

Ora, somente quando as desigualdades sociais tornam-se visíveis e as forças sociais atingem um importante nível de organização e ação política, é que o Estado se obriga a intervir nessas expressões, sob o risco de “perder” a própria sociedade, tendo como produto a destruição da mesma, ou, no mínimo, perder a direção desta sociedade capitalista. Assim,

[...] a política social pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida social, econômico, cultural, político, ambiental, entre outros. É neste sentido que as políticas públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado”. (YAZBEK, 2008, p.85).

O território torna-se, então, terreno de primordial atenção, quando se visualiza políticas sociais. É através dele que se pode identificar as reais demandas para daí se elaborar tais políticas, mesmo que elas tenham muitas vezes propostas de proteção invertida⁴.

Destaca-se outra interface das políticas, a de que [...] “as instituições do social, não raro, a partir da missão da proteção, exercem o controle social da pobreza e dos pobres, enxergando-os a partir de um olhar moralizador, prescrevendo-lhes comportamentos”. (AGUINSKY; FERNANDES; TEJADAS, 2009, p. 74). Assim, o contexto atual da sociedade, do Estado e das formas de governabilidade e execução das políticas sociais “parece remeter também ao contexto do século XIX, quando a questão higienista passava dominar o debate urbanístico e o cotidiano das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo”. (KOGA, 2003, p. 45). Dessa forma, existia uma retenção dos próprios direitos dos cidadãos.

Esse território que expande sua definição para além dos limites geográficos alcançando as gamas de relações nas suas formas objetivas e subjetivas, de vida individual e coletiva, literalmente ganha espaço à medida que se complexifica a faz voltar a reflexão sobre a comunidade. Em contextos de fortes desigualdades sociais, de tendências à focalização cada vez mais presentes nas propostas das políticas sociais, o território representa uma forma de fazer valer as diferenças sociais, culturais que também deveriam ser consideradas nos desenhos das políticas públicas locais. (KOGA, 2003, p. 52).

Note-se, portanto, que é também o terreno das políticas públicas que evidenciam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento. Isto leva a compreender que

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. [...] Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais”. (BERING; BOSCHETTI, 2007, p. 47).

Assim, entende-se que as políticas sociais e a constituição de padrões de proteção social são desdobramentos, e até mesmo respostas, a formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital, tendo o objeto direto o cidadão, que se configura como usuário das políticas públicas.

Além disto, deve-se considerar que

[...] outra característica que marca a política social no Brasil são as práticas clientelistas, nas quais o acesso dos usuários aos bens, recursos e serviços se realiza por meio de relações pessoais entre estes e representantes do poder público, a quem passam a dever favores frequentemente pagos através da fidelidade e lealdade políticas, sobretudo em momentos eleitorais. (BOSCHETTI; BEHRING; SANTOS; MIOTO, p. 112).

Devido à característica da lógica clientelista que demarca a política social a partir da perspectiva neoliberal, percebe-se ainda nos dias atuais a influência desse momento. Muitos dos usuários das políticas têm a concepção de que estão recebendo favores, não articulando como um direito a ser garantido, isso se dá devido a várias concepções que se trabalhará no próximo capítulo.

Isto remete ao que Faleiros (2006, p. 206) ensina de que “a definição do escopo de ação de uma política, a escolha dos beneficiários e das demandas preferenciais indicam se a política é de caráter universal ou focalizada”. Tal definição tornou-se, em algum momento, um dilema e um demarcador de posições ideológicas. Sendo assim percebe-se a necessidade de entender como o Estado intervém a partir das políticas públicas na vida do cidadão.

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa, no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. (KOGA, 2003, p. 33).

Considerando a contextualização de Koga (2003), a proposta que se entende ser a mais viável segundo a perspectiva crítica de leitura da realidade é de que, a partir das políticas públicas, os diferentes territórios, público alvo das mesmas, possam ser compreendidos em suas particularidades e coletividades. Tendo então, políticas não focalizadas nos problemas, mas sim identificando as potencialidades desses sujeitos.

Neste ponto adentra-se na discussão sobre a importância do reconhecimento do território, para propor políticas públicas que visem entender o sujeito a partir do seu contexto vivido, relações, saúde, educação entre outros. A questão norteadora é: em que momento existe a inclusão do sujeito nesse processo de elaboração das políticas? “A questão da inclusão social está profundamente vinculada à da exclusão, aliás, duas faces da mesma moeda: as relações sociais dominantes de desigualdade expressam-se nas políticas públicas”. (FALEIROS, 2006, p.?).

Ora, as relações sociais dominantes são identificadas na própria elaboração das políticas, pois a proposta é de universalidade, onde na verdade existe uma focalização para público restrito e com isso atravessam-se o estigma desses usuários das políticas sociais.

Ao falar de cultura política no campo da política social, considera-se por um lado, os traços conservadores e autoritários da formação social, cultural e econômica brasileira que historicamente se reproduziram na execução das políticas sociais. E, por outro lado, a possibilidade de se forjar uma cultura de direitos a partir das lutas por políticas públicas sociais universais, enquanto direito do cidadão e dever do Estado. (BOSCHETTI; BEHRING; SANTOS; MIOTO, ano?, p.114).

Faleiros (2006) considera que, “o Estado também usa o discurso da solidariedade para propagandar políticas de mínimos sociais de sobrevivência, para não comprometer as exigências do mercado e para aliviar a pobreza sem reduzir a desigualdade”.

Já nas políticas sociais territoriais, o território apresenta-se como uma noção central, não somente um novo meio a serviço das políticas antigas, mas o lugar de elaboração, prática de formas inéditas da gestão do lugar social. Novas práticas, novas representações, mas também formação de um novo sujeito de direito acompanhado e testemunho as

transformações que surgem como um novo regime de verdade para estas práticas e estas representações. (KOGA, 2003, p. 58).

Explicita-se nessa compreensão de que há diversas possibilidades para que o profissional assistente social, através do eixo norteador que é seu projeto ético político, possa contribuir para o fortalecimento do acesso à informação aos territórios, tarefa esta que lhe propulsiona a atuar enquanto profissional habilitado para tal intervenção.

É aqui que a dimensão territorial ganha concretude justamente pelo seu aspecto intrinsecamente relacional, em decorrência não somente das relações sociais estabelecidas no lugar cotidiano, como também pela possibilidade de seu alcance com outras dimensões da cidade e da cidadania. Pois a partir do território vai-se além da visão micro ou do localismo reducionista, tendo em vista que as próprias condições de vida no lugar, remetem diretamente a relações entre populações e lugares, entre pedaço e outro da cidade, entre lugar e a totalidade da cidade, entre a situação do lugar e as políticas que se direcionam à manutenção ou à transformação das condições de vida. (KOGA, 2003, p. 55).

E ao ganhar concretude a dimensão territorial, nota-se que se atravessa, nesta discussão de território e política pública, a importância da elaboração das políticas não de forma vertical, sem o devido olhar para a população atendida e sim de forma participativa, para que essa mesma população usuária das políticas possa se perceber nas mesmas.

[...] chão do território pode significar um novo aporte para este debate no campo das políticas públicas, no sentido de uma referência concreta, em que desigualdades de condições de vida não são sinônimas de especificidades a serem enfrentadas setorialmente, mas expressões reais e complexas do processo de exclusão/inclusão social em curso. (KOGA, 2003, p. 34).

A elaboração das políticas deve ser minuciosa e com a tendência a valorizar as dinâmicas de vida das pessoas, mas faz-se necessário pensar na avaliação das mesmas. A avaliação de políticas sociais públicas, objetiva entender e apontar como está esse processo das políticas e programas, ou seja, se estão conseguindo expandir direitos, propiciar a equidade e desigualdade social.

A questão é que nessa perspectiva, as políticas sociais não são percebidas como resultado das históricas e contraditórias relações entre Estado e sociedade, em diferentes contextos históricos. Existem os limites dessa perspectiva, entre eles são: a visão linear e etapista, não considerando a complexidade dos fenômenos sociais e do processo de construção de respostas às expressões da questão social; e a postura teórica simplista, que concede as políticas sociais como instrumentos de resolução de problemas individuais, supervaloriza as funções das políticas sociais e desconsidera que o enfrentamento das desigualdades sociais é muito mais complexo e se situa no âmbito da estrutura econômica e social.

É na tentativa de seguir nesta direção de interrogação do território que busco refletir sobre o mesmo na sua relação com a formulação de políticas públicas. Vale dizer que, para além das relações de convívio, trago o debate do território sob a égide da responsabilidade social pública. Neste sentido indago se esta dimensão é uma restrição ou mesmo uma expansão do Estado em sua responsabilidade pública. (KOGA, 2003, p. 52).

Neste sentido, a avaliação de políticas sociais deve se situar na compreensão dialética do significado do papel do Estado e das classes sociais na construção dos direitos e da democracia. Traz também o enfoque do método dialético proposto por Marx, que na verdade é situar e compreender os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, por múltiplas causas e inseridos na perspectiva de totalidade. Devendo-se considerar como ‘esta totalidade’ o entendimento do fenômeno como um momento do todo e isso tudo tendo relação direta com as políticas sociais, uma vez que a sua origem são as expressões da questão social. A história, economia e política, se complementam e articulam junto às políticas sociais.

Estas diferentes interfaces do território vêm denotar não somente sua complexidade, mas também sua riqueza para o campo das políticas públicas, no sentido de representar outros parâmetros que ultrapassem a segmentação de demandas ou a focalização de ações. A dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva de totalidade da questão social: já que trabalha não somente com os aspectos das necessidades, como se refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência, esta relação dinâmica se contrapõe à corriqueira e simplista noção de necessitados ou carentes como comumente se referem as políticas direcionadas aos pobres, que os destitui da condição de sujeito. (KOGA, 2003, p. 39).

Aportado nesse entendimento sobre o território e na incidência da territorialização das políticas públicas, decorre o interesse em fortalecer o debate sobre esse tema através das concepções de alguns autores, sobre o presente assunto. Isto ocorre por se reconhecer que

A precariedade dos serviços básicos de saúde e educação (tidos como de atendimento universal) tem acabado por fortalecer o setor privado, obrigando grande parte da população a pagar para ter garantido o atendimento quando deles necessitar ou a amargar nas filas dos hospitais e centros de saúde ou equipamentos de educação públicos. Não seria uma forma de violência ao direito básico do cidadão? (KOGA, 2003, p. 45).

Ora, evidencia-se outra vez como é o território o chão das disputas de interesse e de direção, em que o Estado e a classe dominante coage, mesmo que indiretamente, a população a acessar os serviços e políticas da forma como melhor lhe aprouver. Neste contexto de desafios para a população, que precisa lutar para que no território os seus direitos sejam efetivados no território e a sua identidade (também territorial) construída,

Soma-se ainda a estas exigências a necessidade de o assistente social ter ciência de outros componentes que integram a intervenção profissional (como o perfil dos usuários, as demandas que estes trazem e território no qual a instituição localiza-se) pois, a partir disso, criam-se as possibilidades de direcionar a ação profissional no caminho de inserir os indivíduos atendidos em outros espaços de participação sociopolítica, assim como na própria rede de serviços. (MOREIRA, 2013, p. 77).

A partir da intervenção do assistente social, faz-se necessário compreender que, “o direito a ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reinventado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar”. (KOGA, 2003, p. 33).

Mas, para que o profissional compreenda como de efetiva o ‘direito a ter direito’, conforme a autora relatou, é preciso considerar e discutir, por exemplo no âmbito da Política de Assistência Social, que é o tema deste TCC, as diretrizes desta Política. Assim, apresentar-se-ão as diretrizes estruturantes da gestão do Sistema Único de Assistência Social, destacando-se a territorialização, a partir da PNAS (2004), a fim de remeter a elas a reflexão sobre como se concretiza a diretriz da territorialidade

- I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;
- II - descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;
- III - financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- IV - matricialidade sociofamiliar;
- V – territorialização;
- VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
- VII – controle social e participação popular.

Note-se que não aparece a palavra território, mas territorialização, que remete a ‘território’, ou seja, ao reconhecimento do território. Entende-se, assim, que a territorialização do serviço é uma de suas diretrizes. Este mesmo conceito será discutido ‘a partir da política’ nos próximos itens do Trabalho.

Por hora, registra-se a compreensão que não se pode pensar em políticas públicas sem compreender para qual território está se planejando essas políticas. A partir desse entendimento do conceito de território, de forma crítica, reconhecendo que existem alguns autores que trabalham com esse tema nas suas diversas ‘percepções’, deter-se-á à perspectiva posta nas diretrizes do SUAS, uma vez que analisa-se a sua efetividade a partir dos serviços sociais como o Centro de Referência de Assistência Social.

A partir da discussão realizada até o momento, retoma-se a necessidade de compreender as diferentes articulações e concepções de território. Então, antes de finalizar esta seção do trabalho, analisa-se as entrevistas realizadas com os moradores e profissionais que estão diretamente ligados a política pública que se materializa no atendimento do CRAS Partenon.

2.3 Dona Maria, o que é mesmo território?

Neste presente tópico apontar-se-á o entendimento de território, a partir dos relatos de usuários / moradores do território Partenon, que são atendidos e acompanhados pelo CRAS Partenon e os profissionais do serviço. O objetivo é compreender o conceito de a partir da contextualização dos moradores e profissionais.

Na proposta de contribuir para a discussão da presente temática, desenvolveu-se a pesquisa:

“A política de assistência social: a materialização da diretriz da territorialidade no CRAS-Partenon (Porto Alegre-RS)”⁴, realizando-se entrevistas com usuários atendidos e acompanhados pelo CRAS Partenon e trabalhadores do serviço, que por sua vez, destacaram que território [...] *é uma comunidade igual a todas. Ali tem muitas coisas boas, coisas ruins. Daí cada um interpreta de um jeito, o jeito que quer. A gente só trabalha e não fica muito em casa, não tenho tempo para nada. Mas gosto da onde eu moro* .(Sujeito 3). Compreende-se na fala do mesmo, a construção de que território é homogêneo, onde na verdade, percebe-se que é heterogêneo, sendo construído e desconstruído constantemente. Também revela-se o sentimento de pertencimento a esse local de transformações quando o sujeito 5 informou que *“Tá bom, mudou muito. Teve uma época bem conturbada, agora tá passando. Passou um pouco os tiros, agora tá bem melhor, me sinto pertencente a esse lugar”*.

O retrato falado desse território pelos moradores, traduz o que em alguns momentos discute-se no processo de formação, ou seja, a importância de adentrar o território onde acontece as diferentes relações. Daí tem-se a relevância de valorizar as concepções de vida, de cultura, de identidade, de lazer, de contato com seu próprio espaço de viver desse sujeito. Assim observa-se no relato do sujeito 4, que disse , *“é bom a gente ter um cantinho, me sinto pertencente ao Partenon, me sinto mesmo, de verdade. Conheço todo mundo, gosto de morar aqui”*.

Existem muitas divergências sobre o que é território e como ele se constitui, também por parte dos serviços que tem como principal atuação o atendimento as famílias e sujeitos que por sua vez moram em distintos territórios. *“Eu me sinto pertencente. Medo em todo o lugar tu tem, mas sabe que eu não tenho medo, porque quando a gente é nascida e criada num lugar, a gente conhece muita gente. Nem um lugar é bom , quem faz o lugar é a gente”*. (Sujeito 3). Cabe aqui transparecer como que esses usuários percebem a materialização da diretriz da territorialidade no CRAS Partenon, ou seja, esse adentrar no território. Identificou-se que o CRAS adentra esse território, muito através das visitas domiciliares, instrumento este de trabalho do assistente social, que cabe dar-se destaque.

Segundo Cardoso (2008), quando o Serviço Social iniciou como profissão no Brasil, a visita domiciliar era um instrumento utilizado para monitorar o comportamento das famílias, a fim de “disciplinar” os operários perante a lógica burguesa a serviço do capitalismo. Essa prática era empregada para verificar a realidade com uma ideia “policialesca” de intervenção. Sabe-se que atualmente, diferente dos anos anteriores em que a profissão utilizava a visita domiciliar para “averiguar a verdade dos fatos”, hoje o projeto ético-político da profissão não defende essa linha de intervenção, pois possui o compromisso ético-político de investigar e desvelar a realidade social

⁴ Aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

através desse instrumento e não defende sua utilidade como meio de “fiscalizar” a vida dos sujeitos.

Nesse sentido, a visita domiciliar é considerada um instrumento de intervenção que constitui não só o processo de trabalho do assistente social, mas também pode ser útil na intervenção profissional de diversas áreas como a Psicologia, a Educação, a Medicina Comunitária, a Odontologia Social, etc. Essa ferramenta é utilizada para observar as relações sociais e os “modos de vida” em um determinado espaço, sendo que sua realização depende da necessidade que o profissional vê ou não de realizá-la, ou seja, depende de como a expressão da questão social irá se manifestar na realidade, provocando por isso uma demanda. Também é através das visitas domiciliares que o profissional consegue colocar o “pé no barro” e contextualizar as dinâmicas de vida existentes no território e pensar então ações com objetivo de atender as demandas advindas dos moradores.

“[...] a visita domiciliar pode se apresentar como recurso necessário em algumas situações. Com ela o profissional tem a oportunidade de recolher informações sobre determinada realidade que beneficie o usuário em questão ou contatar indivíduos do universo de relações do usuário, seja para o profissional aprofundar o seu conhecimento sobre a população atendida, seja para propiciar o contato do usuário com demais pessoas de seus interesses.” (SANTOS & NORONHA, 2010, p. 54).

A visita domiciliar é um instrumento de trabalho do assistente social, que tende a contribuir para diferentes ações no e com o território de referência para atendimento do CRAS. Segundo Lewgoy & Silveira (2002),

A visita domiciliar serve para coletar informações frente à finalidade e objetivos da intervenção; para observar o espaço em questão; para identificar as relações sociais no espaço sócio-familiar e comunitário dos sujeitos; como documentação complementa o estudo social da situação e serve também para avaliar as condições de moradia e possibilidade de acompanhamento do usuário se necessário.

Através desse instrumento, se movimenta o trabalho do profissional, em sua aproximação com o território e ao mesmo tempo é a forma para o usuário que o serviço se estende até seu espaço. É preciso compreender esse instrumento para atuação profissional, mas nem sempre foi compreendido com a mesma concepção. Se hoje tem um sentimento que é de aproximação com o usuário, no seu surgimento tinha um caráter de controle e vigilância. Também identifica-se este como um dos instrumentos, mas não pode-se considerá-lo como fim, mas sim como uma das possibilidades de estratégias interventivas de aproximação, compreensão das dinâmicas de vida e realizações de ações no território.

Importante destacar que os sujeitos atendidos, podem e devem participar de todo o processo de identificação das demandas do território e a construção de estratégias de intervenção. Assim percebe-se como é significativa, para além do dever da instituição, a inserção dos serviços nos

espaços de moradia, das relações das pessoas.

Já vi muito o pessoal do CRAS lá onde eu moro. Eles podiam melhorar para ter mais atendimentos. Antes a gente chegava e era atendido, agora temos que esperar bastante. Isso é ruim para a gente ser atendido. Esse ir e vir é ruim. Antes dava para ser atendida por qualquer um, agora é só com um. Eu não gostei. Podia ficar como antes. (Sujeito 5).

Conforme os relatos dos entrevistados identifica-se que existe uma relação aparentemente próxima com o CRAS. O sujeito 3 destacou que , *“o CRAS conhece , até demais o território. Porque não tem quem não venha aqui. Acho que todo mundo procura aqui. Tem gente que nem precisa e as vezes procura aqui, porque sabe que aqui tem ajuda⁵, e que de alguma forma vai ser acolhida”*.

A profissional 1 questionada sobre o que é território, disse que *“ território é isso tudo, essas características vivas , mesmo que o recorte geográfico do território não mude, ele muda porque ele é vivo. Um território que nesse momento pode demandar intervenções, a mesma área geográfica, daqui há cinco anos pode estar completamente diferente. Quando eu chegar num lugar e não for capaz de mapear e entender isso , as tuas intervenções vão ficar muito estéreis”*. Essa compreensão articula-se com a proposta do trabalho, que busca conceituar território de forma não estática e sim de movimento.

A concepção do profissional 2 é de que território *“é uma delimitação que vai além de um espaço geográfico. É um recorte que tem a ver com uma identidade, uma comunidade, a forma de se organizar, que tem suas característica. O mesmo bairro poderia ter mais de um território. Espaços onde tem características semelhantes, uma cultura, uma identidade”*.

A gestora do espaço também contribuiu com suas percepções de território. *“Eu entendo que seria a área de abrangência que esse CRAS atende, até onde ele vai. Acho que dentro do município de Porto Alegre, ele é bem diversificado; porque enquanto CRAS Partenon nós temos um território de abrangência bem grande. Tanto que segundo o SUAS, nos deveríamos ter quatro CRAS, então isso varia muito dentro do município, dentro dos próprios espaços dos CRAS”*. (Profissional 3).

As entrevistas contribuíram para adensar ainda mais a proposta de discussão, visto ser também um momento que os próprios profissionais refletiram sobre esse processo de adentrar o território e qual relevância disso para a intervenção. A Profissional 1 disse, *“Eu me sinto pertencente porque eu sou moradora do território. Sou uma moradora há bastante tempo, há 23 anos. Meu trabalho aqui no CRAS me oportunizou conhecer melhor o território. Porque tudo o que eu conheço de território hoje, antes eu não conhecia. Eu conhecia enquanto assistente social. Claro*

⁵ Percebe-se na referência da “ajuda” o entendimento de que de alguma maneira suas demandas serão atendidas. Não necessariamente trata-se da compreensão de clientelismo.

que como eu moro próximo do CRAS, me aproximo muito mais dessa parte de abrangência do CRAS. As outras partes que são atendidas por outras instituições que são conveniadas, eu não me movimento muito. Mas no território que pertence ao CRAS eu me movimento melhor por ser moradora desse espaço”.

A partir da contextualização dos relatos, percebeu-se que as concepções dos moradores e profissionais se aproximam, pois para os moradores, o território é o espaço de vida, onde acontecem diferentes situações que chegam até o CRAS, para serem atendidas. Já para os profissionais de modo geral, o território é o objeto de trabalho dos profissionais e do CRAS Partenon. Entendem também que é muito mais que um espaço geográfico, mas destacam o desafio do trabalho no território, visto a grande demanda de atendimento do serviço e a própria proposta do mesmo que é de prevenção, acaba por intervir nas situações já concretizadas.

Observou-se também, que para os profissionais, o refletir sobre tais questões propostas, intensificou o pensar sobre suas práticas no cotidiano profissional. Destacaram que torna-se insuficiente a capacitação sobre tal temática para os técnicos, se não existe recursos materiais e humano para tais ações no território.

Adentrar-se-á no próximo capítulo na política de assistência social e na diretriz de atenção ao território, com o viés de percorrer a trajetória da política e identificar como dá-se a contribuição para a materialização da diretriz em questão.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL X TERRITORIALIDADE

3.1 Política de Assistência Social e a diretriz de atenção ao território

O tópico em questão, apontará um breve histórico sobre a política de Assistência Social e como dá-se a diretriz de atenção ao território, visto a importância do aprofundamento destas temáticas, que atualmente são poucas difundidas no serviço social.

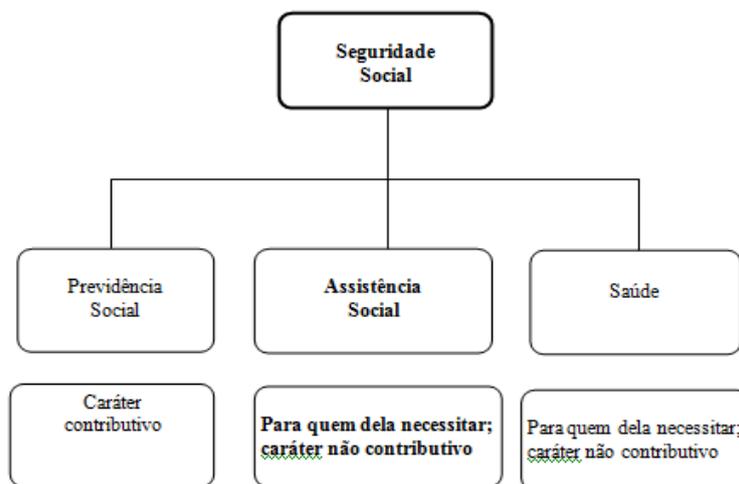
A política de Assistência Social, em seus primórdios, iniciou-se como filantropia⁶, ou seja, lógica da ajuda. “A assistência social, em sua trajetória histórica e nos anos da ditadura (1964 a 1985), manteve o padrão filantrópico e benemerente, constituído de um conjunto variado de ações públicas e privadas (desarticuladas e descontínuas) e de práticas secundárias que funcionavam de forma complementar a outras políticas públicas”. (BRASIL,2015).

A Assistência Social no Brasil tornou-se direito social em sua configuração vigente na atualidade somente a partir da Constituição Federal de 1988, onde no artigo 6º da Constituição estão

⁶ É uma ação inerente à ação voluntária, gratuita, beneficente e assistencial, desenvolvida por altruísmo, responsabilidade social, solidariedade, fraternidade e amor ao próximo. BRASIL,2015.

os direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. A mesma configura-se como uma das políticas componentes da seguridade social. Tem-se então como tripé da seguridade social⁷:

Mapa conceitual da seguridade social:



A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - lei 8.742 de 1993), fundamento de validade dos diversos regulamentos expedidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) tratou de redesenhar a organização da Assistência Social no Brasil, através da instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através da Lei 12.435 de 2011. Deve-se destacar que a LOAS foi construída no ano de 1990, mas a mesma foi vedada sendo aprovada somente no ano de 1993.

Aprovada em 07 de dezembro de 1993, regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição, definindo claramente os objetivos e as diretrizes da assistência social, a forma de organização e a gestão das ações socioassistenciais, reforçando a assistência social como sistema descentralizado, com participação popular e financiado pelo poder público, conforme prescreve a Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2015).

Tem-se no artigo 2º da LOAS, os objetivos da Assistência Social:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência⁸ e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de (1) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao

⁷ Esquema realizado pela autora, para fins de apresentação do tripé da seguridade social.

⁸ Termo utilizado atualmente: pessoa com deficiência (PCD).

idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

A política de Assistência Social é uma política de proteção social não contributiva⁹, que articula-se com outras, tendo como principal eixo norteador o enfrentamento a violação de direitos aos que dela necessitam. Para que se avançasse na sua consolidação, cabe destacar os movimentos de órgãos de categorias profissionais, organizações não governamentais, movimentos sociais, setores políticos e acadêmicos, tendo como pauta principal de luta, a efetivação da assistência social como direito. Com a inclusão da Assistência Social na Proteção Social, tem-se rupturas no modelo vigente até o momento. Da noção de cidadão carente para a garantia de direitos, de ações sociais para políticas públicas, de ações isoladas, para a responsabilidade do Estado, do assistencialismo para socioassistencial. Ainda tem-se o estereótipo do público alvo desta política, ou seja, aquele que está vulnerável. Esse estereótipo desconstrói a proposta da assistência social, pois é de quem dela necessitar, independente de gênero, cultura, idade, entre outros.

No ano de 2003, após diversos debates na IV Conferência Nacional de Assistência Social, deliberou-se a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – Resolução nº14578, de 22 de junho de 2004, definindo-se assim o novo modelo de gestão que corresponde aos princípios de universalização, descentralização e participação social.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), o SUAS é um sistema público, descentralizado e participativo que :

- regula e organiza em todo o território nacional as ações – serviços, programas, projetos e benefícios a serem desenvolvidos pela política pública social de assistência social;
- define e organiza os elementos necessários à execução da política pública social de assistência social;
- fundamenta-se na cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e estabelece as respectivas competências e responsabilidades comuns e específicas.

Na V Conferência Nacional de Assistência Social, em junho de 2005, foi aprovada a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS¹⁰- Resolução nº 130 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 15 de julho de 2005), que regulamenta a PNAS. Na VII Conferência Nacional de Assistência Social, em 2009, aprovou-se a Tipificação Nacional de Serviços

⁹ Refere-se ao acesso a serviços e a benefícios, independentemente de pagamento antecipado ou no ato da atenção. Associa-se às ações financiadas a partir da redistribuição da riqueza produzida pela sociedade, afirmando direitos sociais a todos os cidadãos e a todas as cidadãs. Estão, entre os direitos sociais não contributivos, a saúde, a assistência social, a educação, a cultura, o esporte, a garantia de renda, a segurança alimentar e nutricional, entre outros. (BRASIL,2015).

¹⁰ Organiza a gestão pública da Assistência Social em todo o território brasileiro.

Socioassistenciais (Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 11 de novembro de 2009) que organiza os serviços por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Especial e teve-se a Implantação do Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social.

No ano de 2012, A NOB/SUAS 2012, rompe com a lógica de adesão dos entes federados ao SUAS; institui o planejamento na área; consolida os principais marcos normativos em seu texto e cria mecanismos para o aprimoramento da gestão, serviços, benefícios, programas e projetos. “Institucionaliza-se então o Programa Nacional de Capacitação do SUAS- o CAPACITASUAS. Constitui-se numa estratégia de apoio aos Estados e ao Distrito Federal na execução dos Planos Estaduais de Capacitação do SUAS, visando o aprimoramento da gestão e a qualificação da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais”. (BRASIL, 2015).

Em 2013, na IX Conferência Nacional de Assistência Social, institui-se então a **Política Nacional de Educação Permanente de Assistência Social** (PENEP/SUAS – Resolução nº 4 do CNAS, de 13 de março de 2013).

É imprescindível considerar ainda que a política de Assistência Social é “direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva”. Configura-se em proteções: **Proteção Social Básica** e **Proteção Social Especial**, tendo a primeira proteção a sua atuação primordial através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), cujo objetivo é “à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 1993).

A **Proteção Social Básica**, conforme identificada anteriormente, visa à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A execução da Proteção Social Básica acontece através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS. O CRAS é uma unidade pública estatal, que executa programas e projetos, coordena e articula a rede de serviços locais da política de assistência social, localiza-se em territórios, considerados nos termos da própria PNAS (2004) com os maiores índices de vulnerabilidade e risco social.

A **Proteção Social Especial** – apenas a título de contextualização em relação a este projeto – contribui para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários. Trabalha com famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em situação de Rua (Centro POP) são os serviços que executam a Proteção Social Especial de **Média complexidade**. A Casa Lar, Abrigo Institucional, Residenciais Inclusivas, República são os

que executam a Proteção Social Especial de **alta complexidade**.

Até o presente momento contextualizou-se a política de Assistência Social, mas é necessário adentrar-se na discussão de como dá-se a atenção ao território.

[...] a dimensão territorial, como um dos eixos da política de Assistência Social, representa um avanço potencialmente inovador, ainda mais porque incorpora uma noção ampliada de território, para além da dimensão geográfica, concebendo-os como “espaço habitado”, fruto da interação entre os homens, síntese de relações sociais. (COUTO;YAZBEK;RAICHELIS, 2010,p.51).

Território, a partir da proposta da PNAS, tem a compreensão do lugar onde os usuários da política tem suas relações de disputas, culturais, sociais, entre outras. É nesse cenário que se materializa a intervenção dos serviços e dos profissionais que atuam no território. Assim percebe-se a importância da efetivação de ações para além do espaço do serviço. Essa lógica de proximidade do cidadão, percebe-se que é ainda um desafio para os serviços e trabalhadores. Torna-se inevitável aqui, afirmar que é nesse território que,

Vidas cotidianas atravessadas por muitas das condições desfavoráveis, é que vão sinalizar a quem se destina a política de Assistência Social. Tais condições dizem respeito à degradação do mundo do trabalho e suas consequências na vida privada dos sujeitos, tornando cada vez mais empobrecidas parcelas significativas da população. (AGUINSKY;FERNANDES;TEJADAS, 2009, p.69).

Considera-se então a discussão de território aqui tratada, para além da diretriz estruturante do SUAS, pois é uma discussão ainda recente no âmbito do Serviço Social e das políticas. A política de Saúde tem como eixo norteador a territorialização, o adentrar nos territórios atendidos. Da mesma forma o SUAS tem como eixo estruturante a territorialização, mas ainda é uma discussão recente no âmbito da política e serviços. Existem alguns materiais que tratam da temática, e a própria política de Educação Permanente em relação ao SUAS,se faz rever num processo gradual de tal cenário.

Propõe-se aqui, também trazer para discussão o papel da academia, no processo de formação de acadêmicos, para que desmistifique-se o trabalho do profissional nos territórios, que essa aproximação seja minuciosamente compreendida, para que para além das políticas, os profissionais possam identificar a importância de tal intervenção. Segue nos próximos eixos do trabalho a discussão da territorialidade a partir de outras concepções.

3.2 Qual perspectiva de territorialidade que se apresenta na Proteção Social Básica?

Trabalhar-se-á neste tópico, a perspectiva de territorialidade que se apresenta na Proteção Social Básica, com o objetivo de dar continuidade a discussão realizada até o momento.

De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2012), em seu artigo 4º, a proteção social de assistência social é composta pelas seguintes seguranças, afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social:

- a acolhida: é a oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial. Compõem a acolhida, os espaços (instalações físicas) e a ação profissional.

- a renda: é a concessão de auxílios financeiros e benefícios continuados para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social (previdência social).

- o convívio ou vivência familiar, comunitária e social: é a oferta pública de rede continuada de serviços para construção, restabelecimento, fortalecimento de laços de pertencimento, de interesses comuns e coletivos, de vínculos familiares, comunitários e sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

- o desenvolvimento da autonomia: é a oferta de um conjunto de ações para a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, independência pessoal e qualidade nos laços sociais, promovendo o exercício do protagonismo e da cidadania.

- o apoio e auxílio: é a ofertas de benefícios eventuais, em caráter transitório, para as famílias, seus membros e indivíduo em virtude de nascimento, morte situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

A LOAS (1993), em seu artigo 6º, menciona que a proteção social de assistência social se divide em dois níveis:

- **Proteção Social Básica (PSB);**
- Proteção Social Especial (PSE): média e alta complexidade.

A Proteção Social Básica, visa à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (BRASIL,1993). Conforme a PNAS (2004), para alcançar os objetivos da proteção social básica, é necessária a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, conforme a situação ou as situações demandadas pelas famílias e indivíduos. Configura-se como serviços socioassistenciais da proteção social básica: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos, tendo como base de intervenção ações na perspectiva de territorialidade. O PAIF, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009),

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de

vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. (BRASIL, 2009).

Cabe ressaltar que a proteção social básica, em síntese, pouco consegue atuar na perspectiva de prevenção, visto que os territórios não são estáticos, ou seja, são dinâmicos, e as situações acontecem concomitantes a prevenção e as situações já estabelecidas. Entende-se então que a proposta da aproximação com o território, com a finalidade de ações que possam fortalecer e prevenir situações de riscos, deve-se acontecer de forma articulada com os serviços socioassistenciais independente se é de atribuição da proteção social básica ou especial.

[...] responsável pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias - com referência territorializada, que valorize as heterogeneidades, as particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de culturas e que promova o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – a equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios. (BRASIL,2004).

Durante a realização do estágio curricular em Serviço Social, percebeu-se que para o estudante, muitas vezes torna-se confuso como se dá a divisão das proteções, devido a dinâmicas das situações atendida. Como exemplo destaca-se que alguns atendimentos que são de referência da proteção básica, já chegam com os vínculos familiares, comunitários rompidos. Isto significa que deverá ter o encaminhamento e até mesmo o atendimento compartilhado com a proteção social especial.

Daí, reflete-se que se existe um trabalho mais próximo do território, esta seria uma estratégia para que as situações não chegassem de tal forma, que dificulta a intervenção e ainda a contribuição para o fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Também a proteção social básica,

Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização. (BRASIL,2004).

É necessário analisar a proposta dos benefícios, que também se tornam estratégias para a garantia de direitos desses cidadãos. Os mesmos, tem a lógica de focalização, ou seja, critérios de concessão, que muitas vezes não garantem o acesso a renda ao cidadão. Também as políticas estão incluídas na lógica da verticalidade, ou seja, de cima para baixo, e não de forma horizontal, compreendendo e articulando com a realidade vivenciada pelo sujeito.

Dá-se conta, de que a perspectiva de territorialidade, o adentrar e aproximar-se da realidade, dinâmica dos sujeitos, se torna primordial para a realização do atendimento, para o processo interventivo, o processo de formação dos profissionais entre outros. Então a partir da discussão realidade neste tópico, se partirá para a discussão e entendimento da territorialidade a partir da equipe técnica do CRAS Partenon.

3.3 A compreensão da territorialidade a partir da equipe técnica do CRAS Partenon

Apresentar-se-á a compreensão da territorialidade, a partir da equipe técnica do CRAS Partenon e contextualizar-se-á tais concepções com a proposta de trabalho do assistente social na Proteção Social Básica, que se materializa no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon.

A lei de regulamentação da profissão refere-se a profissão de assistente social, cujo poderão exercer , “os possuidores de diploma em curso de graduação, em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente”. (BRASIL, 1993). Tem-se como competências do Assistente Social e de outras profissões, ou seja, não é restrito ao profissional assistente social.

- I – elaborar , implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
- III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, 1993).

Destacou-se dentre as competências, as que mais relacionam-se com a temática discutida. Constituem como atribuições privativas do Assistente Social, está sendo realizada somente pelo Assistente Social. Destaca-se algumas das mesmas.

- I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em serviço social;
- XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas.

Entende-se que a temática do território se faz presente em todas as áreas de atuação do assistente social, uma vez que é impossível planejar, gerir e executar as políticas sociais sem considerar o território segundo o qual elas se inscrevem. Além disto, “entende-se que a discussão sobre o território extrapola a dimensão *stricto* do tema e reporta à dinâmica capitalista e sua

apropriação do espaço no momento atual de crise do capital, daí a fundamental importância de abordá-la no bojo do debate sobre a teoria social crítica” (ABREU, 2011, p.04).

Compõem obrigatoriamente as equipes de referência da Proteção Social Básica: Assistente Social; Psicólogo. (BRASIL, 2011).

Art. 6º São princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS:

I - defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais;

II – defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a recusa de práticas de caráter clientelista, vexatório ou com intuito de benesse ou ajuda;

III - oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com qualidade e continuidade, que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;

IV - garantia da laicidade na relação entre o cidadão e o Estado na prestação e divulgação das ações do SUAS;

V - respeito à pluralidade e diversidade cultural, socioeconômica, política e religiosa;

VI - combate às discriminações etárias, étnicas, de classe social, de gênero, por orientação sexual ou por deficiência, dentre outras;

VIII - proteção à privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, preservando sua intimidade e opção e resgatando sua história de vida;

XI – garantia incondicional do exercício do direito à participação democrática dos usuários, com incentivo e apoio à organização de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares, potencializando práticas participativas;

XII - acesso à assistência social a quem dela necessitar, sem discriminação social de qualquer natureza, resguardando os critérios de elegibilidade dos diferentes benefícios e as especificidades dos serviços, programas e projetos;

XIII - garantia aos profissionais das condições necessárias para a oferta de serviços em local adequado e acessível aos usuários, com a preservação do sigilo sobre as informações prestadas no atendimento socioassistencial, de forma a assegurar o compromisso ético e profissional

XV – simplificação dos processos e procedimentos na relação com os usuários no acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, agilizando e melhorando sua oferta;

XVI – garantia de acolhida digna, atenciosa, equitativa, com qualidade, agilidade e continuidade;

XVIII – garantia aos usuários do direito às informações do respectivo histórico de atendimentos, devidamente registrados nos prontuários do SUAS. (BRASIL, 2012).

O assistente social tem como dever,

[...] em relação com os (as) usuários é contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos (as) usuários (as); contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os (as) usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados [...] (BRASIL, 1993).

O perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente. (Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, 2011).

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as

trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos. (Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, 2011).

As competências e atribuições dos/as assistentes sociais, na política de Assistência Social, nessa perspectiva e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam, do/a profissional, algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, 2011).

Ainda que a política de assistência social seja um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, ela se constituiu historicamente como uma das principais mediações do exercício profissional dos assistentes sociais sendo reconhecido socialmente e se auto reconhecendo como os profissionais de referência desta política. (RAICHELIS, 2010, p 750).

Compreende-se que o assistente social é o profissional requisitado e referência no trabalho na política de assistência social. Entende-se então que a compreensão da territorialidade faz-se necessária discuti-la. O profissional 2, relatou que a maioria dos profissionais, [...] *acabam nem ficando muito atento para essa questão . Sabe que isso existe, eu acho. Nunca falei sobre isso com meus colegas, acho que é um tema bem importante de estar aqui debatendo internamente , mas talvez naturalmente, espontaneamente, porque todo mundo conhece o território, circula, isso acaba direcionando os trabalhos, não sou otimista de pensar ou informar que isso é usado como uma ferramenta oficial de trabalho. Mapear o território, para poder considerar os meus planos de intervenção. Não consigo ainda visualizar isso. (Profissional 2).*

Ainda essa proposta de territorializar é uma discussão recente em âmbito da assistência social e seus respectivos serviços, mesmo sendo preconizada na Política Nacional de Assistência Social. Também contextualiza-se a fala da profissional 2, onde diz, *É interessante que no SUAS ninguém fala sobre isso, sobre território, territorializar, e na verdade eu nem sei se eu já tinha escutado alguém falando . Eu tive uma vivencia de SUS, e no SUS necessariamente quando tu entra , quando eu tive minha inserção na UBS, o primeiro mês é só territorializar. A gente não fazia mais nada, a não ser ficar fotografando, daí a gente utilizou várias ferramentas da fotografia, da entrevista, das pessoas mais velhas, para identificar como eram as moradias, até para ver se a*

política habitacional existia ali ou não existia, tinha muitos gatos então para ver como era a rede de energia, muitos esgotos, um mês só observando aquele território, mas uma observação muito ativa, porque eu via muitas conversas para depois tu atuar no trabalho. E no SUAS, eu lamento e tenho me esforçado para oportunizar , mas é muito difícil para quem está chegando em estágio de psicologia e me esforço para que as pessoas não sejam capturadas pela rotina, pelos atendimentos, pelas demandas individuais e que elas possam estarem atentas para o que está pulsando lá fora. (Profissional 2).

A partir da fala da profissional 2, percebeu-se a importância de desmistificar a ideia de territorialização, não como uma forma de obter dados, e sim adentrar e reconhecer as dinâmicas existentes no território. *“As pessoas vão entender territorialização como algo subjetivo, assim como levantamento de dados específicos. Como algumas pessoas vão entender mesmo, como questão de pesquisa, algo como tu está fazendo , através de perguntas, pegar dados que são disponibilizados por fontes já confiáveis e a partir dali tu já vai construindo um conhecimento”.* (Profissional 2).

Para além do entendimento da profissional 2, também tem-se o que traz a profissional seguinte, *“Acredito que é o mapeamento do território. Transitar nesse território e poder identificar o que tem de particular, quais são as vulnerabilidades, o que tem naquele território, quais são as potencialidades, quais são as formas de se organizar, parte comunitária, lideranças comunitárias daquele território. Poder mapear todas essas particularidades desse território”.* (Profissional 3). Faz-se a reflexão da importância de compreender o território a fim de embasar a atuação profissional, dentro e fora do serviço. Assim consegue-se visualizar o que está além do aparente, aquilo que muitas vezes os sujeitos não trazem no atendimento dentro do serviço.

“Tem vários entendimentos; eu não sei que o SUAS direciona exatamente assim, por uma forma de territorializar. Eu entendo muito como forma de territorializar , isso era bem forte quando comecei meus trabalhos na saúde; como mapear, cartografar, então tu tem que adentrar no território, a gente faz pouquíssimo isso, consciente . Os profissionais da assistência, eles não tem noção da importância de um trabalho de territorialização, que é um tempo de chegar e de poder adentrar o qual que tu vai estar operando uma política pública. Vai poder cartografar, sentir, isso é uma coisa que eu faço da forma que eu entendo. É durante a execução do teu próprio trabalho, essa é a minha forma, mas não necessariamente tu vai falar com outro profissional, e ele vai concordar. Tu só vai territorializar a vila São Pedro se tu tiver dados específicos daquela vila .(Profissional 2). O profissional traz uma questão a ser repensada, ou seja, os dados sobre o território, são necessários , mas não pode ser o fim.

Precisa estar dentro para ti entender aquela dinâmica, como aquelas pessoas se organizam, é em seus lazares a tarde , eu sei exatamente onde encontrar as pessoas, não necessariamente estão

em suas casa. Minhas visitas domiciliares não são organizadas , estanques, porque a vila não funciona dessa forma, eu não posso me organizar para visitar fulaninha de tal , em tal horário na casa dela, porque ela não vai estar na casa dela. Ela vai estar no beco, junto de uma série de outras amigas que também são atendidas aqui , que vão tá ao mesmo tempo trabalhando com questões ilícitas, que também vão estar se relacionando, se fortalecendo e onde é um espaço que nosso trabalho aqui , as vezes acaba não indo muito bem, então se eu não estiver atenta a isso, a toda essa dinamicidade, não vou conseguir trabalhar. (Profissional 2).

O territorializar acontece diariamente, constantemente, conforme relato da profissional 2, “*Eu territorializo constantemente dessa forma , porque eu mapeio constantemente o que está acontecendo no território que a gente atende, mas eu nunca tive oportunidade, não é uma prática dos profissionais, de por exemplo chegar , que era um desejo meu, quando eu cheguei no CRAS: tá agora vamos territorializar, você vai comigo conhecer a rede , circular no território, deixa eu me apropriar de toda essa dinâmica aqui, isso não tem, as pessoas tratam esse território como se todo o trabalho fosse o mesmo. E querem que a singularidade dê o tom , inclusive solicitar um jeito de intervir ou não. Se é em grupo, se é aqui, se é no território, que é que melhor vai estar dialogando com a população”.*

No processo de trabalho vivenciado pelos profissionais, percebe-se que as demandas dos atendimentos tornam-se principal atividade dos mesmos. Essa capturação do profissional para executar as atividades, acaba que o desafiando para propor outra possibilidades de intervenção, como no território, sendo isso um desafio diária para os profissionais que atuam no CRAS Partenon. “*E agora recebendo a estagiária que é nova, duas semanas tenho dito para ela assim: esqueci os casos , fica atenta que espaço que é esse que tu está vindo trabalhar , porque se tu começa a se focar nos casos, os casos são todos complexos e você começa a ficar completamente capturado por esses casos e tu vai entender como situações muito particulares e individualizadas e tu vai ficar sem conseguir levantar tua cabeça e olhar: tá da onde venho tudo, será que é só nas individualidades que eu posso operar a política , que eu posso promover a transformações , eu tenho algo que daqui a pouco pode me ocorrer se eu olhar para esse todo assim, para essa população como um todo que está organizada em uma determinada vila, comunidade assim.*

“*Depois a gente conversa do que essa dinâmica produz, causa e vem chegando aqui para nós em forma de família. Na psicologia se usa um termo cartografar, ou seja, tu está sempre cartografando, está sempre atento, está sempre transformando em palavras o que o território está te despertando no teu corpo”.* (Profissional 2).

A territorialização é o que “ *gente pode fazer para mudar esse território, melhorar, discutir a questão da abrangência , como esse atendimento acontece, se a demanda de atendimento, dá conta da gente de poder atender esse território. A territorialização é um espaço maior, é o que nós*

conseguimos fazer dentro desse território. Acho que seria estudo, aproximação. (Profissional 3). Em termos, porque somos hoje aqui no CRAS 4 técnicos, considerando a coordenação que não faz aquele trabalho de atendimento diário. Ela faz o trabalho técnico sim, mas dentro da coordenação. Está um pouco longe, em virtude disso tudo. “Entendemos o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social(PNAS) o Sistema Único de Assistência Social(SUAS), mas não conseguimos dar conta. Não atendemos tudo que determina. Não é falta de capacidade técnica, eu acho que os técnicos todos que estão aqui, junto com a equipe de estagiários é muito boa, mas a gente não dá conta em virtude da demanda. Nós avançamos bastante, não puxando para o nosso lado, mas se vamos comparar com os outros CRAS, como eles estão, a gente está um pouco a frente. A equipe é muito boa, mas temos muito que andar ainda”. (Profissional 1).

A partir das falas dos profissionais, conseguiu-se observar as compreensões que os mesmos tem sobre território e o quanto essa reflexão contribuiu para a atuação dos mesmos. Então conhecer a realidades dos sujeitos atendidos, é um caminho a se traçar, a fim de proporcionar um atendimento que respeite as singularidades e totalidades dos mesmos.

3.4 O CRAS Partenon e seu território

Neste item, a intenção é apresentar o CRAS Partenon e seu território de referência de atendimento, a partir também dos relatos das entrevistas realizadas com os usuários e trabalhadores do CRAS Partenon, contribuindo assim para desenvolver a proposta do trabalho.

O território onde se localiza o CRAS Partenon tem uma história sobre sua constituição. O nome Partenon, faz referência ao templo Partenon, localizado em Atenas, Grécia, que tinha por objetivo homenagear a deusa Minerva. Em Porto Alegre, o nome foi adotado por um grupo de literatos, que criou a “sociedade do Partenon Literário”, fundada no ano de 1968.

A área de abrangência do território Partenon abrange os seguintes bairros: **Cel. Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José e Vila João Pessoa**. A Região tem 118.923 habitantes, representando 8,44% da população do município, com área de 14,57km², representa 3,06% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 8.162,18 habitantes por km². (IBGE,2010).

Aproximadamente 99,44% dos domicílios tem abastecimento de água pela rede geral, 92,96 % dos domicílios tem esgoto sanitário adequado (IBGE, 2010), sendo que predomina o fossa séptica, como destino. As moradias se caracterizam predominantemente por mistas ou de alvenaria, sendo a iluminação dos domicílios 70% irregulares, devido aos chamados “gatos” que são feitos diretamente nos postes. Os meios de transportes são variados, como ônibus, motos, carros e baixo números de carroças nas avenidas, o número de carroças em relação as vilas internamente falando são expressivos, pois as carroças são utilizadas para auxiliar no trabalho de coleta dos materiais

recicláveis. Nas ruas a presença de policiais, viaturas, são constantes devido ao expressivo desdobramento e organização do tráfico de drogas e o uso de crianças e adolescentes nesse contexto.

É importante destacar que o serviço (CRAS Partenon) atende a **vila Maria da Conceição, Agronomia, a vila São Pedro e o bairro Santo Antônio referente ao atendimento individual.** Conforme relato do Profissional 2, “ *o CRAS atende o território que vai até a Ipiranga, daí faz a divisa com a Leste, até a Euclides da Cunha, que faz a divisa com o centro. Para cima do CRAS tem os SAFs, depois vai até Oscar Pereira, que é divisa com a Glória, daí uma parte até a Bento Gonçalves, até um determinado ponto, que é divisa da Lomba do Pinheiro*”. Existe também a Rede Conveniada que também atende o território, que é delimitado por bairros.

A Região Partenon conta com os seguintes serviços socioassistenciais: 1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) + Equipe Agronomia, 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 2 Serviços de Atendimento Familiar (SAF). As conveniadas são Associação Campo da Tuca (ACAAT), Instituto Leonardo Murialdo (ILEM), Agronomia (equipe volante).

O CRAS Partenon, é uma unidade pública estatal, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial das famílias. Presta serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de risco social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) tais como: acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativos e de convivência ou por ações socioassistenciais, encaminhamentos para a rede de proteção social existente no lugar onde vivem e para os demais serviços das outras políticas sociais, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e de convivência familiar e comunitária.

O CRAS tem como objetivo a prevenção às situações de risco no território onde vivem famílias em situação de fragilidade social, apoiando famílias e indivíduos em suas demandas sociais, inserindo-os na rede de proteção social e promovendo os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania. Entre os serviços ofertados está o atendimento às famílias tradicionais, levando em consideração as especificidades étnicas e culturais das populações indígenas e quilombolas; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que promove ações de acordo com o ciclo de vida dos usuários, desenvolve o atendimento a grupos organizados por faixas etárias: crianças até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, jovens de 15 a 17 anos e idosos a partir de 60 anos e a Inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Atualmente o CRAS Partenon conta em sua equipe com: 3 psicólogas, 2 assistentes sociais, 1 recepcionista, 1 administrativo, 4 estagiários (as) de serviço social, 2 estagiários de

psicologia, 2 funcionários (as) de serviços gerais. A forma de ingresso acontece através de concurso, seleção por RH de empresa terceirizada e por Contrato.

Após essa breve contextualização da abrangência do CRAS Partenon, destaca-se também a concepção de que serviço é esse, através dos relatos dos profissionais e usuários que acessam esse serviço. Primeiramente percebeu-se na fala do profissional 1, que existe uma rede de atendimentos com diferentes serviços no território Partenon, o qual o CRAS tem articulação, visto que o atendimento ao usuário tem a proposta de articular os diferentes serviços que o mesmo tem acesso. *“Aqui no CRAS, temos bastante aproximação com a saúde, com a escola, conselho tutelar, alguns hospitais, o hospital é um pouco mais amplo. É bastante difícil essa relação com o conselho tutelar, com os outros serviços a gente tem uma aproximação mais tranquila. Tem a questão do judiciário, nós temos um fórum aqui no Partenon. Também circulamos nos outros espaços na questão do judiciário. Temos uma relação bem boa com a defensoria pública, porque os casos que chegam a nós, via defensoria, procuramos sempre fazer esse acompanhamento”.* (Profissional 1).

Dentre esses serviços que se faz-se presente no território, atenta-se a aproximação com a saúde, visto que é uma das áreas que mais demandam encaminhamentos, após a intervenção do profissional do CRAS, devido as situações vivenciadas pelos sujeitos. Entende-se aqui saúde na concepção ampliada, ou seja, para além da ausência de doenças. *“Serviços de saúde, os três espaços de saúde da atenção básica, espaços de saúde mental especializados, nós temos hospitais aqui na região. A gente acaba dialogando bastante, espaços de saúde temos os mais diferentes níveis no território”.* (Profissional 2).

“O território é bem provido, tem também os espaços de segurança, com os quais a gente pouco se relaciona, se tem alguma certa distância, até para garantir nossa relação. Temos as escolas, política de educação, super falia na questão da educação infantil, nos traz uma série de dificuldades, para colocar projetos de vida. A saúde está super de uma forma dada, muito distante do que está preconizada no SUS, principalmente no que toca a questão da Atenção Básica. Não conseguem disponibilizar serviços de saúde mental no território. Duas UBS e 1 Atenção de Saúde da Família, e usam muito a desculpa que a UBS não tem agentes comunitários então a equipe não se desloca. Porque tanto o SUAS quanto o SUS tem essa responsabilidade, tanto de promover a saúde, quanto de promover a cidadania das mais diferentes formas e de ficar usufruindo de toda essa dinâmica do território para trabalhar. Na saúde os serviços existem, mas na forma que está, não acredito que está bom. É saúde, segurança, habitação, alguns espaços de geração de renda. A PUC tem um espaço de geração de renda, umas ONGs, tem algumas ONGs com as quais a gente lida diretamente. Algumas delegacias, espaços religiosos dos mais diversos, que não temos tanto contato a não ser com a Igreja Católica, que tem algumas ações, que tão bem próximas do trabalho executado pelos núcleos do Fome Zero, que é dispensar alguns alimentos. (Profissional 2).

Até o momento identificou-se como dá-se a relação do CRAS com outros serviços. Daí vem a discussão do quanto se é primordial trabalhar no processo de formação de acadêmicos a importância do trabalho no território concomitante a aproximação com a realidade vivenciada pelos sujeitos e os serviços que também atendem os mesmos. *“É bastante importante o trabalho da Assistência Social no território, falo do Partenon, mas também no geral. É importante o trabalho para comunidade, só que eu acho que muita gente desconhece nosso trabalho. Muitas famílias enxergam o CRAS como Cadastro Único. Então temos um trabalho muito importante aqui dentro do CRAS sim, que é de oferecer a essas famílias, esses usuários, oportunidade de conhecerem nosso trabalho, porque eles não conhecem. No município de Porto Alegre tiveram várias conferências: da Saúde, da Assistência, da Criança e do Adolescente, para tentar aproximar essas famílias, fazer uma mobilização acho que a gente precisa trabalhar muito a mobilização aqui no território, isso está um pouco longe”.* (Profissional 2).

Analisa-se então, que muitos dos sujeitos que acessam o CRAS, não compreendem qual o real objeto do serviço. Visto que a demanda do Cadastro Único para Programas Sociais, tem mais visibilidade do que outras ações realizadas pelo mesmo. *“As pessoas precisam entender o que é seus direitos. Quando tu vem aqui, a pessoa vem obter até informação da questão judiciária, a gente pode dar, não da coisa legal, mas da lei, orientação, informação a gente consegue dar. Percebemos que as pessoas não sabem nada do nosso trabalho, está para ter algumas mudanças dessa questão do cadastro no município de Porto Alegre, acredito que também vão ser importantes. Nós enquanto técnicos não estou falando só em mim enquanto assistente social mas enquanto os técnicos sociais aqui, que são psicólogos a gente discute muito essa questão do cadastro. Ele movimenta muito o CRAS, nas reuniões técnicas de equipe, ele movimenta muito porque temos uma demanda muito grande. Tem um trabalho muito árduo aqui no CRAS na questão da mobilização social”.* (Profissional 2).

Avalia-se a demanda do Cadastro Único para Programas Sociais, como sendo hoje a porta de entrada dos CRAS, o que desafia o serviço a inserir-se no território, a propor ações para além das que estão previstas, como por exemplo a visita domiciliar, que deve ser uma das vias de aproximação com o território, mas não o fim.

A ideia é oferecer para comunidade oficinas, que possa trabalhar mais o que é a proteção básica, mas sempre nesse impasse de o que fazer com as famílias que já estão numa vulnerabilidade maior, mas ao mesmo tempo como criar um espaço considerando tempo para atuar mais com a proposta da proteção básica. Acho que quanto mais a gente conseguir trabalhar dentro da proteção básica, mais a gente vai conseguir aumentar potencial que o CRAS tem e poder estar auxiliando o território. (Profissional 2).

Essa discussão veio à tona durante todo o processo das entrevistas. Percebeu-se que os

sujeitos reconhecem o serviço, como o grande articular do cadastro único e pouco para além dessa visão. Já os profissionais compreendem que essa demanda, absorve a equipe de maneira, que outras ações tornam-se desafios para eles.

Conclui-se que o CRAS Partenon tem uma referência de atendimento dentro do território Partenon. Por sua vez, através das entrevistas identificou-se que nessa demanda predomina-se a realização de Cadastro Único para Programas Sociais, dificultando assim ações no território. No próximo capítulo se discutirá a importância da rede para a concretização da aproximação com o território.

4 TERRITORIALIDADE NO CRAS PARTENON: LIMITES E POSSIBILIDADES

4.1 Reconhecimento social: classes sociais e disputas de território

Nesse tópico abordar-se-á a construção do território e seu reconhecimento social, a partir dos sujeitos que os constituem, numa leitura das classes sociais presentes e as disputas neste espaço. A partir dessa discussão entrará em outros diferentes temas que será abordado nos posteriores itens.

Tratar-se-á do estereótipo a partir do senso comum, ou seja o desconhecimento do indivíduo que num lugar é aquele que tem o emprego, é aquele que é rico, que tem um determinado padrão de consumo, que tem formação, dada profissão, do outro lado, o que está imposto é o não reconhecimento do sujeito, ou seja, o seu não emprego, seu não lugar na sociedade, estigmatização de raça, classe, gênero, entre outros. Inicia-se a partir dessa reflexão o item a ser discutido.

O reconhecimento social, não é uma temática de fácil compreensão, pois na análise que resulta dessa investigação, o reconhecimento social, tem a ver com a construção de identidade social, ou seja, o ser social e as características do homem desde a sua ontologia, a partir daquele reconhecimento criticamente analisado neste trabalho, que é um reconhecimento onde, alguns cidadãos, moradores de determinados território, passam a ser desqualificados ou no mínimo passam a ser desvalorizados, marginalizados por sua condição de existência.

O estereótipo de classe, de raça, gênero, socioeconômico imposto aos cidadãos moradores de território, onde as relações sociais acontecem em diferentes contextos, não é parâmetro único para compreender a temática de reconhecimento social; pelo contrário, na análise que resulta dessa investigação, o reconhecimento social, tem a ver com uma construção de uma identidade social.

E portanto, a construção dessa identidade social, tem a ver com o ser social, as características do homem, desde a sua ontologia, mas também naquilo que o constitui cotidianamente. E isso ocorre numa dimensão das relações sociais, no âmbito da sociedade civil dentre os indivíduos, mas também ocorre individualmente, do próprio Estado que também

determina ou pelo menos fortalece ou ratifica o lugar do sujeito nesses diferentes territórios.

Portanto, a própria oferta de determinados tipos de serviços, que tem como público alvo essa população, passa indiretamente a identificar que aquele território também é um território de fragilizações, de sujeitos que possuem um perfil premeditado, bastante evidenciado. E nesse sentido a presença de um serviço também pode ser um elemento de que aponta para um dado o reconhecimento social do território, por outro lado, é possível analisar que a oferta de serviços e atendimentos fundados numa política social, não necessariamente resulta apenas da ação estatal, mas pode ser provocada das mobilizações da classe trabalhadora, as quais tem sido reconhecida pela literatura crítica contemporânea das últimas décadas, como razões dominantes para as conquistas dos direitos sociais, políticos da classe trabalhadora. Percebe-se que ainda os diferentes serviços que atendem essa população, tem dificuldade de compreender como dá-se a dinâmica de vivência dos mesmos.

Não se pode compreender as políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes, pois elas são processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo. (VITORIANO, 2011, p.?).

As políticas sociais, na atual conjuntura que se encontram, tem como público alvo as famílias que estão em situação de fragilidade socioeconômica ou baixo perfil socioeconômico, ou seja, seus direitos sociais, como alimentação, saúde, habitação entre outros, não estão sendo garantidos.

[...] as contradições existentes entre a busca da garantia e da efetivação de direitos fundamentais e sociais para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e para suas famílias, e a fundamentação – ainda que indiretamente- para a aplicação de punição ao suposto violador de direitos. O que diga-se de passagem, em grande parte das vezes não se materializa na punição do Estado pela não efetivação das políticas, e sim de sujeitos individuais. Ou seja, corremos o risco, nesse dia a dia, de contribuirmos para ações em direção ao Estado penal, em vez do investimento no estado social. (FÁVERO, 2009, p.437).

Visualiza-se este direcionamento, quando a proposta do serviço não consegue corresponder a realidade dos sujeitos. Essa dimensão das relações sociais, também ocorre no âmbito institucional, a partir das instâncias do próprio Estado, que fortalece ou ratifica o lugar do sujeito. Esses diferentes contextos, essas determinações, que provêm do Estado, vão refletir a partir da implementação dos serviços, das políticas. Exemplifica-se nas seguintes situações:

- O estereótipo de que os (as) usuários (as) da Assistência Social são desestruturados, ou seja, não tem uma organização de sua vida, não consegue responder ao que o serviço propõe;

- O entendimento da ação profissional, sobre as decisões do público atendido; não respeitando-as e nem construindo coletivamente;
- O pré julgamento das demandas trazidas pelos sujeitos;
- A não identificação das demandas que não estão aparentes, articuladas as ações pontuais, encaminhamentos e intervenção pontual, sem trabalhar e envolver esse sujeito no processo coletivo da intervenção.

Esses tópicos foi-se apresentado para demonstrar que o trabalho, ou seja, o intervir na realidade dos diferentes territórios, necessita-se de um olhar para além do que está colocado. Isso não significa que o profissional deva viver a situação do sujeito, mas sim entendê-la dentro da totalidade e ao mesmo tempo na singularidade vivenciada por essas pessoas.

Outro tópico que cabe refletir nesse trabalho, é a demanda que chega aos serviços, que muitas vezes não conseguem atender e qualificar esse processo. Conforme relato da profissional 2 , o atendimento no CRAS Partenon, *“É muito , não sei bem se é essa palavra, mas precário. Como estamos num território muito extenso, nós temos famílias que são cadastradas aqui no CRAS, a gente tem mais de 20 mil no Cadastro Único. Famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família, em torno de uns 4 mil a 5 mil. Então, um território que teria que ter mais 4 CRAS , não tem como tu dizer que o atendimento é de qualidade . Claro que a gente tem essa parceria com os convênios, mas se a gente for ver realmente, esses CRAS deveriam estar mais distribuídos para a gente e talvez é o que impede nosso trabalho na comunidade, que é de a prevenção que é a Proteção Social Básica . O que o CRAS faz, está um pouco longe disso. Está longe porque temos muitas demandas e não damos conta. (Profissional 2).*

A partir do que o profissional 2 relatou, identificou-se que a demanda e falta de recursos materiais e humanos, contribuem para que a intervenção não tenha tal proposta prevista pela PNAS. Sabe-se que as condições de trabalho contribuem diretamente para a intervenção realizada pelos profissionais que atuam nos serviços que tem como principal diretriz as ações no território.

Essa inserção não pode-se dizer que não acontece, como já foi destacado no capítulo anterior. A partir das informações coletadas nas entrevistas com os profissionais e usuários, percebeu-se que é através das visitas domiciliares que o serviço se aproxima do território, mas compreende-se que não só ela deva ser uma estratégia de intervenção. Ao mesmo tempo existe a dificuldade de recursos por parte do serviço. Sendo assim, esse conjunto permeia as potencialidades e desafios da aproximação com o território. Os serviços que passam pelo território, tem como diretriz o reconhecimento do território, ou seja, da realidade do território. Desvelando essa realidade, onde o sujeito que constrói e dá vida e dinamicidade a esse espaço.

Analisa-se que a disputa não dá-se somente pela luta das classes sociais, mas o que acaba estando em disputa é a própria leitura do território, da forma como se relacionam com ele.

A discussão realizada até o momento, tem-se como a finalidade, identificar, que a partir de todos esses apontamentos, o sujeito que tem seus vínculos, suas relações com as diferentes pessoas e serviços que o rodeiam, em sua maioria das vezes, é identificado como um sujeito que tem que receber informação, não que a proposta seja de construir com o profissional e serviço de atendimento a intervenção que será realizada para ele e junto dele. Aqui a proposta é de realizar esse processo desconstruindo essa lógica apresentada. “Nessa lógica, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre assistentes sociais e usuários, um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais)”. (MIOTO, 2009, p.04).

Assim, analisa-se a importância do assistente social, na contribuição para o fortalecimento da garantia de direitos para o público alvo do serviço. A desconstrução da lógica imposta, se faz necessário para a construção de um processo de intervenção do serviço, numa lógica contrária, ou seja, num processo de construção em conjunto com esses atores sociais.

A ação do olhar e reconhecer o território, tem a ver com autoidentificação do profissional e do próprio território. É a partir desse reconhecimento que o profissional pode dar base o seu trabalho, seja para seu atendimento profissional no território ou no serviço de sua atuação.. Sem o reconhecimento desse território, nessa totalidade que constitui, é difícil que a atuação profissional, o serviço, o atendimento prestado, consiga responder as demandas efetivas da população e do território. Tendendo muito mais a responder as questões institucionais do que as demandas do próprio território.

Enfim, acaba que o que esta em disputa, não são só as relações de classes, mas também é a própria concepção de leitura de território, ou seja, o posicionamento, a forma como reconhece e se relaciona com o território.

Essa concepção exige, por um lado, o rompimento com a lógica tradicional dos processos sócio-assistenciais por ser ela baseada prioritariamente na consecução dos objetivos institucionais, em respostas pontuais às demandas marcadas por uma leitura fragmentada da realidade social e por ter ela um caráter disciplinador. (MIOTO,2009,p.04).

Esse caráter disciplinador, vem contraditório à lógica que se discute e afirma no trabalho apresentado. Em contrapartida a estereotipização do sujeito morador do território, se faz presente não só nos serviços de atendimento, mas na sociedade com um todo. Compreende-se que esse conjunto de elementos, contribui para os desafios enfrentados não só pelo serviço em relação a aproximação com o território, ma também com os moradores desse território, em relação a inserção, participação e acesso aos serviços que o atendem, sejam eles na área da saúde, educação, e a própria

assistência social.

4.2 Rede, intersetorialidade e acesso aos serviços

O atual tópico, propõe-se a discutir a rede de serviços, a intersetorialidade das políticas, que transversaliza as relações de rede, e a partir da constituição dessa rede, como ocorre o acesso aos serviços dentro do território.

Como se diz, o território é constituído por sujeitos; esses sujeitos são coletivos e/ou institucionais, sendo assim, o foco é analisar o serviço, não compreendendo ele sozinho, mas em sua contextualização com a rede e o acesso dos sujeitos a ele.

Ao tratar-se de discutir rede, compreende-se está como uma categoria indispensável na intervenção do assistente social. Este que por sua vez contata a rede de atendimento das famílias e sujeitos, a fim de organizar um fluxo de referência nas diferentes políticas, para intervir e contribuir para o processo de emancipação do mesmo. Segundo VITORIANO (2011,p ?),

[...] o trabalho em rede requer mais do que a intencionalidade de troca, mas sim a formação de uma estrutura orientada para uma ação a partir da construção de um planejamento, de definição de objetivos e da definição de onde se quer chegar. Tem como característica a horizontalidade e a multiplicidade de atores/instituições que atuam numa mesma área ou defendem interesses comuns.

Existe uma distorção, do entendimento da proposta de se trabalhar em rede, ou seja, a ideia é de que as ações de cada serviço, são de suas responsabilidades, cada um trabalhando em suas “caixinhas”, aqui tratará tal categoria, com a finalidade, conforme afirma as legislações, de criar articulações com diferentes serviços e políticas, a fim de garantir os direitos dos cidadãos.

Ao se tratar de rede, na própria pesquisa realizada, percebeu-se que existe um certo desafio, ao se trabalhar com tal categoria. Na Proteção Social Básica, entende-se que a rede, essa articulação com demais serviços, políticas e de também com o território de referência para atendimento, é o instrumento de trabalho que tem valioso caráter interventivo, a fim de atender, encaminhar, discutir as demandas dos usuários.

Destaca-se a concepção de rede por parte dos profissionais e usuários do CRAS Partenon, a fim de analisar criticamente tais concepções. *“As pessoas acabam se individualizando, também em função de uma série de coisas. Falo num contexto muito maior de Brasil, sociedade, temos muito suporte comunitário, mas as relações com os serviços tem muito que avançar”*. (Profissional 2). Percebeu-se nesse relato a concepção adversa da proposta do trabalho apresentado. A rede entendida, como apontada como espaço individual, ou seja, cada serviço trabalhando a partir de suas demandas e não visualizando que o trabalhar em rede, requer a capacidade de tecer construções

coletivas em prol das demandas advindas do território, onde por sua vez, engloba diferentes serviços, que compõem a rede de atendimento dos sujeitos. O CRAS Partenon, tem como serviços que compõem essa rede, segundo relato do profissional 1, *“Eu vejo aqui como vários territórios, um tem UBS, outro território tem ESF, tem conselho tutelar, tem as escolas. Os serviços da educação, tem educação Infantil na São Pedro, na Pequena Casa da Criança na Conceição. A segurança pública existe, mas mais para punir, criminalar, mas não é um serviço em prol da comunidade. É um serviço que acaba estando ali justamente para “domar” a comunidade, para se impor perante a comunidade”*.

Através do relato do sujeito 3, apresenta-se outros serviços como:” *a Pequena Casa da Criança que é posto de saúde, que levava minhas filhas desde pequenas. Tem escolas perto da PUC e na Tobias Barreto*. Sendo assim, visualiza-se que nesse território tem escolas, unidades de saúde, conselho tutelar, unidades de segurança pública, tem espaços religiosos, tem serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV).

Em articulação com a categoria rede, encontra-se a de intersetorialidade, que representa a aproximação dos diferentes políticas e setores, em prol da proteção social dos sujeitos. Assim entende-se que,

A intersetorialidade é um dos eixos que desafiam a política de assistência social, pois se refere ao diálogo com as demais políticas e setores, garantindo o acesso das famílias aos serviços setoriais e a outros direitos e oportunidades. As normativas do Sistema reconhecem a necessária complementaridade entre os serviços das diversas políticas públicas sociais, visando garantir proteção integral às famílias e indivíduos. (BRASIL, 2015).

O questionamento que realizou-se no decorrer da análise, foi como dá-se o acesso desses sujeitos aos serviços e se realmente se efetivam tais categorias. Conclui-se que a aproximação existe, por meio dos contatos telefônico, reuniões de rede, entre outros espaços de articulação, o que não necessariamente pressupõe que exista trabalho em rede. Não se pode dar como encerrado o trabalho em rede, devido uma aproximação e discussão de um caso. Porque muitas vezes o contato se inicia e finaliza no momento das discussões, não tendo assim uma propositiva de construção coletiva, ou seja, cada serviço com suas atribuições, sem conseguir filtrar a importância dessas relações intersetoriais e ao mesmo momento com o público a ser atendido.

Essas análises, foi-se necessária, para compreender tamanha importância do trabalho em rede e como consequência disso, o acesso dos sujeitos de forma a garantir seus direitos de atendimento com qualidade. Assim percorreu-se desde o início do trabalho, de se articular um tópico ao outro, indissociando tais categorias que citou-se. Então por tópico final, discutir-se-á sobre as vivências dentro e fora da universidade.

4.3 O ‘território’, as vivências e os aprendizados na formação profissional dentro e fora da Universidade

O Trabalho de Conclusão de curso permitiu aprofundar o que destacou-se de mais indagador durante o processo de formação profissional: a compreensão de como se materializa a diretriz da territorialidade, visto nesse contexto, discutir então a categoria de território e suas ramificações.

A partir da pesquisa, foi-se possível adentrar no universo das compreensões sobre o território, no qual alguns sujeitos vivem, outros trabalham, outros circulam. Todos esses sujeitos fazem parte do território. Atribuir-se um dos elementos característicos do território faz-se necessário, ou seja, sua diversidade, o que leva a compreender que não é único, fechado, totalmente constituído.

Ao discutir as diferentes conceituações de território, compreende-se, que o conceito que mais se aproxima da lógica que se tem como base, no trabalho apresentado é a de que território, vai para além do espaço físico, e deve ser compreendido a partir de suas culturas, identidades, disputas, relações sociais entre outros. Assim, conseguiu-se reafirmar a ideia de compreender que território é esse que os profissionais de diferentes áreas intervém.

Em segundo momento, também destacou-se a partir da pesquisa realizada, as falas dos usuários dos serviços e dos profissionais do CRAS Partenon, valorizando assim a contribuição dos mesmos, para com a temática trabalhada. Percebeu-se que de maneira geral a territorialização ocorre de forma transversal, ou seja, a partir das visitas domiciliares, essa não é a proposta da Política Nacional de Assistência Social, mas é assim que ela se materializa na instituição.

Infere-se que tal adentrar no território é ainda um desafio do serviço, devido diferentes elementos, como falta de recursos humanos, número acima do ideal para atendimento da população, a própria leitura crítica do território, necessita-se ser reafirmada pelos técnicos.

A partir das políticas públicas, percebe-se que o território, é cenário onde materializa-se as ações dos diferentes serviços, também é no mesmo que acontecem as relações dos sujeitos e tem-se como produto as demandas que são objeto de trabalho dos profissionais. Ainda na mesma lógica, observou-se que a temática discutida no trabalho, não se faz tão presente, no sentido de leitura crítica, em diferentes áreas de atuação do assistente social, o que afirma então, a importância do debate da mesma no trabalho apresentado.

A partir das reflexões sobre o estágio curricular obrigatório em Serviço Social e a experiência no Projeto de Extensão Emancipação e autonomia; despertar da comunidade São Pedro, que teve atuação no mesmo espaço territorial. Este item especificamente, terá como particularidade as duas experiências nos últimos dois anos, e dos aprendizados que elas trouxeram.

Propõe-se, literalmente expor esse processo de inserção nesses dois espaços e as demais

atividades realizadas para além dos “muros da universidade”, como contribuição de fortalecimento, luta e resistência nos processos que permearam essa primeira etapa da formação.

Destaca-se o processo de formação, que teve como subsídios disciplinas, que contribuíram para a compreensão da atuação profissional em diferentes campos de trabalho, que por sua vez, diretamente ligados aos territórios de vivência dos sujeitos. Assim, iniciou-se a aproximação com a categoria território. Após as diversas disciplinas que apontavam diretamente ou indiretamente tal assunto, viu-se na inserção do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social, realizado no CRAS Partenon, serviço de proteção social básica, que tem como diretriz de trabalho a territorialidade. Visto ser nesse contexto, a identificação do espaço do vivido, de suas relações, de suas culturais, desafios e possibilidade. Nesse serviço se construiu e reconstruiu a análise crítica sobre os contextos de vivência dos sujeitos.

Durante o período de vivência no estágio, indagou-se sobre determinadas questões, dentre elas, como dá-se a articulação do serviço com o território atendido, quais os desafios e potencialidades dessa aproximação? Destaca-se também a relevância desses questionamentos e sua influência para a elaboração do projeto de intervenção proposto no serviço, que atentou-se na proposta de realização de oficinas no território, a fim de apresentar o CRAS Partenon e seus serviços prestados, aos usuários. Também afirma-se que através do projeto de intervenção e seus resultados, pensou-se numa continuação que reforça-se ainda mais a importância de se trabalhar a categoria território, então propôs-se a pesquisa já apresentada no trabalho.

A inserção no território por parte da autora, não ocorreu de maneira neutra, pois contribuiu-se, também para uma complexa discussão, que se potencializou no CRAS Partenon, após essas atividades. Conforme relato da profissional 2, *“Nós temos um turno de estudos na quarta, onde estudamos acolhida, oficina, acompanhamento, atendimento, ações no território, mas e daí e lá, os primórdios, não vamos falar nunca da territorialização? Ninguém sabe que isso existe? Que bicho é esse? Muito legal tua pesquisa, acho que ela, no início ela dá um susto, daí a primeira pergunta o que é território, a gente fala de microterritórios, mas nos referimos as ruas, como se fosse só o recorte geográfico e não né, puxa estou respondendo uma pergunta dentro do SUAS, então território é muito mais, envolve todos os aspectos possíveis. As perguntas causam estranheza, porque elas não estão colocadas no nosso dia a dia, e tu trás isso para nós. Tu oportuniza que a gente pense sobre, muito do sobre e busque material para estudar e que principalmente cutuque a coordenação, para que isso seja não só algo aqui, individual de uma conversa, mas que isso possa se estender, que possa ser interventivo em mim, para que eu possa multiplicar nos espaços diversos aqui de reuniões para qualificar ainda mais nosso trabalho”*.

Destacou-se essa fala, porque tornou-se significativa e complementar a contribuir para a educação permanente dos profissionais e principalmente que o resultado disso será no atendimento

ao usuário. Articulando-se por completo o movimento que o CRAS impulsionou as escolhas e inserções da autora, relata-se também a inserção no projeto Emancipação e autonomia: despertar da comunidade São Pedro. Projeto este que tem como objetivos contribuir para emancipação e autonomia da comunidade São Pedro, conhecida vulgarmente como “Cachorro Sentado”. Esse espaço reafirmou como dá-se o trabalho do assistente social diretamente no território de vivências das pessoas. Foi-se nesse espaço de formação que propiciou o adentrar, o “pé no barro” de uma outra maneira, ou seja, pois antes a autora representava o serviço público, através do CRAS Partenon, depois da inserção no projeto, iniciou-se uma aproximação mais calorosa, com mais vínculos, mais abstrata. Acredita-se que tenha sentido, devido também a metodologia utilizada na idas na comunidade, na forma de compreender e intervir nas situações, nos trabalhos realizados não só para eles, mas com eles sendo protagonistas desse processo.

Para além dos “muros da universidade”, vivenciou-se diferentes experiências, que muitas vezes não consegue-se colocar nas linhas de um trabalho acadêmico, mas sim no agir profissional, na transformação pessoal que também é produto desse processo. Refere-se as atividades que contrapõem aos “muros da universidade”, as idas em seminários nacionais, internacionais, regionais, trocas com colegas de diferentes cursos e, que contribuíram diretamente para o fechamento de um ciclo na vida da autora.

Não deve-se deixar de tratar no trabalho, que o reconhecimento do território, contribui no atendimento aos sujeitos. Porque compreendendo seu território, seu espaço de vivência, cultura, dinâmicas de vida contextualizadas, o profissional embarsar-se-á a intervenção de maneira a dialogar com situação vivida pelo sujeito, ou seja, a realidade do mesmo. Fez-se necessário o reconhecimento crítico desse território, até para que se pudesse intervir nas demandas advindas dos sujeitos. Com isso tanto a instituição, como os indivíduos se beneficiam com tal efetividade do atendimento. Efetividade esta, que quer dizer, a miudeza das relações , dos vínculos.

Ademais, é nesse terreno fértil de trocas e aproximações que a autora construiu sua trajetória não só profissional, mas também pessoal. Assim finaliza-se tais contribuições presentes no trabalho apresentado, a fim de que outros acadêmicos, profissionais , possam contribuir através de uma leitura crítica sobre a categoria território.

“Que adentre-se sem medos, sem julgamentos, querendo, instigando, propondo, enfim, caminhando por entre as ruas, “becos”, calçadas e tem-se a tarefa de realizar a leitura crítica. Que território é esse, Sra. Maria?”. (Isadora Ducati Pereira).

REFERÊNCIAS

AMMNN, Safira Bezerra . Participação Social. São Paulo: Cortez, 1978.

ANDRADE, Manuel Correa de. A Questão do Território no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Mara de Moraes dos Santos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Estudos do curso de introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; 2015.

BRASIL. Constituição (1998). Brasília 05 de Outubro de 1988.

_____. Lei nº.8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica Assistência Social (LOAS). Brasília, DF, 1993.

_____. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2004.

_____. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011

_____. Resolução Nº 33, de 12 de Dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Visitas Sociais: domiciliar, institucional, hospitalar, para conhecer serviços e outras. In: **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social**: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008. p. 59-75.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Labor Edições, 2007.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

DIAS, Leila Christina; FERRARRI Maristela. Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Serviço Social, direitos e prática profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 99, 2009, p. 437.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA,Dirce; NAKANO,Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo,SP, ano 2006,n.85, março. 2006.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalba. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.

LEWGOY, Alzira M. Baptista; SILVEIRA, Esalba. **Visita domiciliar:** subsídios teórico-metodológicos. Material produzido para ser utilizado como texto de apoio na capacitação para Técnicos no Programa de Garantia de Renda Mínima Família Cidadã. Porto Alegre: PPGSS/PUCRS, 2002.

MAGALHÃES, Selma Marques. Visita Domiciliar. In: **Avaliação e Linguagem:** relatórios, laudos e pareceres. 3ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2011. p. 54-57.SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, Karine. O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social – uma Perspectiva Crítica. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org). **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos.** Coletânea Nova de Serviço Social, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, p. 53-55.

MENDES; Jussara Maria Rosa; PRATES,Jane Cruz; AGUINSKY,Beatriz Gershenson. O Sistema Único de Assistência Social:entre a fundamentação e o desafio da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS,2009.

MIOTO, Regina Célia.Orientação e acompanhamento social a indivíduos,grupos e famílias. .In Serviço Social:Direitos Sociais e Competências Profissionais.(Publicação:Conselho Federal de Serviço Social- CFESS,Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS).Brasília:CFESS/ABEPSS,2009.Pág.497-512.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O trabalho com grupos em Serviço Social. A dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2013, p. 77.

MOTA, Elisabete Ana. O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez,2010.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção Profissional do Assistente Social e as Condições de Trabalho no SUAS. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 104, 2010, p. 750.

SANTOS, Milton . O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. Metamorfose do Espaço Habitado. São Paulo: Editora Hucitec, 199

SANTOS, Milton ; SILVERIA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, Milton . Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro,

Lamparina, 2011.

SORRENTINO, Lorrana da silva Fernandes; SILVA, Gisele Figueiredo dos Santos , ROCHA, Simone . A Questão territorial e o Trabalho do Assistente Social: diferenciação ou generalização. In: XX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Desafíos del contexto latinoamericano al Trabajo Social. Córdoba (Argentina): ALAIETS, 2012. Disponível em : <http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/1/1brSilvaFernandesSorrentino_stamp.pdf>. Acesso :10 setembro de 2014.

VITORIANO, Isadora Serrano. A ação da Rede Socioassistencial: quais as possibilidades desta efetivar-se? . V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz/ Maranhão. Agosto de 2011.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS DE PESQUISA
ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA**

Pesquisadoras:

Orientadora: Prof^a Dra. Mailiz Garibotti Lusa

Discente: Isadora Ducati Pereira

Roteiro de entrevista semi-estruturado referente à pesquisa “A política de assistência social: a materialização da diretriz da territorialidade no CRAS-Partenon (Porto Alegre-RS)” voltada para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, a ser elaborado pela discente Isadora Ducati Pereira sob orientação da Prof^a. Dra. Mailiz Garibotti Lusa.

Identificação: [usuários (as)]

Nome: _____ **Idade:** _____

Bairro: _____

Quanto tempo mora na comunidade? _____

Identificação: (profissionais técnicos do CRAS – Partenon)

Nome: _____ **Idade:** _____

Cargo: _____ **Data de ingresso na instituição:** __/__/__

Território¹

[...] a territorialização representa uma nova lógica de organização da política de assistência social, numa perspectiva de capitalização desta nos diferentes territórios do município. Assim, o território é a base da organização do SUAS, mas é necessário elucidar que o território representa muito mais que o espaço geográfico. Dessa forma, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes demandas e configurações sociais. (SORRENTINO; SILVA; ROCHA, 2012, p.4).

¹ Definição construída por Sorrentino, Silva e Rocha (2012), cuja referência completa é: SORRENTINO, Lorrana da Silva Fernandes; SILVA, Gisele Figueiredo dos Santos, ROCHA, Simone. A Questão territorial e o Trabalho do Assistente Social: diferenciação ou generalização. In: **XX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**. Desafíos del contexto latinoamericano al Trabajo Social. Córdoba (Argentina): ALAIETS, 2012. Disponível em : <http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/1/1brSilvaFernandesSorrentino_stamp.pdf>. Acesso :10 setembro de 2014.

1.1 O que é para você território?

1.2 O que é para você territorialização?

1.3 Quais são os serviços que estão neste território?

1.4 Até onde vai esse território que você descreveu (abrangência geográfica)?

1.5 Você sente-se pertencente a esse território?

() Sim Não()

Porquê?

1.6 Como acontecem as relações sociais nesse território?

1.7.Descreva as ações que você desenvolve e/ou as tarefas que você desempenha no território?

1.8 Você entende que no seu trabalho você faça a articulação entre os sujeitos do território?

CRAS – Partenon²

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon é um serviço da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) que atende em nível da proteção social básica e se localiza em Porto Alegre (RS), mais especificamente no bairro Partenon. Tendo natureza pública e sendo gerenciado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), segundo as regulamentações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A centralidade em suas atividades está no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a partir do qual são organizados o atendimento, os grupos de convivência, a rotina de atendimento institucional, entre outros. Segundo a Fundação de Assistência Social e Cidadania do município de Porto Alegre (FASC, 2011), “os CRAS são unidades públicas que visam a prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, principalmente pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. O público-alvo são famílias, indivíduos e populações tradicionais referenciadas na região de sua abrangência, prioritariamente aquelas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC)”.

2.1 Você conhece o CRAS-Partenon?

() Sim Não()

Se sim, como conheceu?

² Definição síntese construída pelas pesquisadoras, constante no Projeto de Pesquisa.

2.2 Já foi atendido?

() Sim Não()

Se sim, quais atendimentos?

2.3 Se a resposta anterior for 'sim', em que local foi atendido?

2.4 Como você caracteriza a instituição na qual trabalha ou é atendido (a)?

2.5. Como você caracteriza o atendimento prestado pela instituição aos usuários do serviço?

2.6 Você entende que a territorialidade preconizada pela Política de Assistência Social se efetiva no CRAS - Partenon?

() Sim Não()

Justifique a resposta.

Mailiz Garibotti Lusa

Isadora Ducati Pereira

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.” (Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ tendo sido convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo “A Política de Assistência Social: a materialização da diretriz da territorialidade no CRAS Partenon (Porto Alegre - RS)”, recebi da Sra. Isadora Ducati Pereira, pesquisadora e graduanda do curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Profa. Dra. Mailiz Garibotti Lusa (coordenadora da pesquisa), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsáveis pela execução do projeto acima identificado, as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- A importância deste estudo é compreender como se materializa a diretriz da territorialidade da Política de Assistência Social (PNAS), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon, no município de Porto Alegre.
- A coleta de dados para esta pesquisa será realizada no período de 01 de abril a 31 de maio de 2015, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, mediante a concordância dos entrevistados e assinatura pelos mesmos deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado; e análise de conteúdo.
- Estou ciente de que minha participação não comprometerá minha integridade física e moral, podendo eu responder, com veracidade e seriedade ao questionário aplicado pela pesquisadora Isadora Ducati Pereira. Entendo ainda que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das perguntas.
- **A qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.**
- O benefício que poderei esperar com a minha participação, mesmo que indiretamente, é a repercussão no CRAS Partenon no município de Porto Alegre, proveniente da construção de conhecimento sobre a efetividade da diretriz da territorialidade da política de Assistência Social.
- Os possíveis riscos que podem ser causados pela minha participação na pesquisa, se ocorrerem, podem resultar de algum questionamento que provoque a reflexão sobre: as limitações presentes quanto ao meu atendimento ou o meu trabalho junto à política de assistência social no território do CRAS Partenon, bem como alguma lembrança sobre relações sociais conflituosas vivenciadas anteriormente ou atualmente no território. Mesmo assim, foi-me dito que tenho plena liberdade para recusar-me a responder qualquer pergunta, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização, estando eu ciente deste possível risco.
- As informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto, através de publicação de cunho científico, garantindo o sigilo da minha identidade.
- Estou ciente que sou isento de qualquer despesa durante a pesquisa, estando estas a cargo da pesquisadora. Também fui informado que serei indenizado diante de eventuais danos decorrentes da realização da entrevista para a pesquisa, sendo que esta indenização poderá ocorrer: a) na forma de tratamento público e na forma de retratação pública, caso decorra de constrangimento também público; b) em pecúnia, caso comprove-se dano financeiro, para o qual se fixa o valor de ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente no momento da coleta de dados (entrevistas).

- Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e DANDO O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

<p>Endereço do(a) participante-voluntário(a)</p> <p>Domicílio: (rua, praça, conjunto):</p> <p>Bloco: /Nº: /Complemento:</p> <p>Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:</p> <p>Ponto de referência:</p> <p>Contato de urgência: Sr(a).</p> <p>Domicílio: (rua, praça, conjunto):</p> <p>Bloco: /Nº: /Complemento:</p> <p>Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:</p> <p>Ponto de referência</p>
--

<p>Endereço das responsáveis pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):</p> <p>Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Profª. Mailiz Garibotti Lusa</p> <p>Endereço: Rua São Manoel, 750,</p> <p>Bloco: /Nº:/Complemento: Apto.: 604</p> <p>Bairro: Santa Cecília / CEP 90620-110 / Porto Alegre - RS</p> <p>Telefones p/contato: (51)8302-7440</p> <p>Endereço das responsáveis pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):</p> <p>Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Isadora Ducati Pereira</p> <p>Endereço: Rua José Costa de Carvalho, nº 24</p> <p>Bairro: Santa Cecília/ CEP 94475510 / Viamão - RS</p> <p>Telefones p/contato: (51) 8198-0941</p>
--

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 - Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Cento- Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060
Fone: +55 51 3308 3738 E-mail: etica@propeq.ufrgs.br - Telefone: 3214-1041

Porto Alegre - RS, _____ de _____ de 2014.

	
<p>Assinatura ou impressão datiloscópica do(a) voluntário(a) ou responsável legal (Rubricar as demais folhas)</p>	<p>Nome e Assinatura das responsáveis pelo estudo (Rubricar as demais páginas)</p>